

MINISTÉRIO DA CULTURA

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

RIO DE JANEIRO, MARÇO – 2017

MINISTÉRIO DA CULTURA**FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA****RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016**

Relatório de Gestão do exercício de 2016 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 154/2016, da Portaria TCU nº 59/2017 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria nº 500, de 8 de março de 2016)

PRESIDÊNCIA

RIO DE JANEIRO, MARÇO DE 2017

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	7
2. VISÃO GERAL	9
2.1. FINALIDADE E COMPETÊNCIAS	9
2.2. NORMAS E REGULAMENTO DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE	9
2.3. AMBIENTE DE ATUAÇÃO	10
2.4. ORGANOGRAMA	10
2.5. MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	12
3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS	13
3.1. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL	13
3.1.2. Estágio de implementação do planejamento estratégico	15
3.1.3. Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos.....	16
3.2. FORMAS E INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO DOS RESULTADOS DOS PLANOS	17
3.3. DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO	17
3.3.1. Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade	17
3.3.2. Fatores Intervenientes no desempenho orçamentário	21
3.3.3. Informações sobre execução das despesas	22
3.4. DESEMPENHO OPERACIONAL	24
3.5. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO	26
4. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	28
4.1. DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA	28
4.2. INFORMAÇÕES SOBRE OS DIRIGENTES E COLEGIADOS	28
4.3. ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA	29
4.4. ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E DE APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS	29
4.5. GESTÃO RISCOS E CONTROLES INTERNOS	30
5. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	32
5.1. GESTÃO DE PESSOAS	32
5.1.1. Estrutura de pessoal da unidade.....	32
5.1.2. Demonstrativo das despesas com pessoal	35
5.1.3. Gestão de riscos relacionados ao pessoal	35
5.1.4. Contratação de pessoal de apoio e de estagiários	36

5.2.	GESTÃO DO PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA	37
5.2.1.	Gestão da frota de veículos.....	37
5.2.2.	Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições	38
5.2.3.	Gestão do patrimônio imobiliário da União	38
5.2.4.	Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas	39
5.2.6.	Principais sistemas de informações.....	42
5.3.	GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE	44
5.3.1.	Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras.....	45
6.	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	46
6.1.	CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO	46
6.2.	AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS	46
6.3.	MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE.....	47
6.4.	MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES	48
7.	DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	49
7.1.	DESEMPENHO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO	49
7.2.	TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIÇÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	49
7.3.	SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA UNIDADE.....	49
7.4.	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS.....	49
8.	CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE	51
8.1.	TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU	51
8.2.	TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO	51
8.3.	MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA A APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANO AO ERÁRIO.....	52
8.4.	DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DE OBRIGAÇÕES COM O DISPOSTO NO ART.5º DA LEI 8.666/1993.....	52

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Organograma	11
Figura 2 - Quadro do Planejamento Estratégico da FCRB	16

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas	11
Quadro 2 - Macroprocessos finalísticos	12
Quadro 3- Objetivos do PPA e Plano Estratégico do MinC por Ações Estratégicas da FCRB	13
Quadro 4 - Plano de Ação para 2016	15
Quadro 5 - Ações relacionadas a Programa Temático do PPA de responsabilidade da UPC - OFSS	17
Quadro 6- Ações relacionadas a programa temático do PPA de responsabilidade da UPC - OFSS	19
Quadro 7 - Ações relacionadas a Programa Temático do PPA de responsabilidade da UPC - OFSS	20
Quadro 8 - Despesas por modalidade de contratação	22
Quadro 9 - Despesas por grupo e elementos de despesa	23
Quadro 10 - Resultados do Plano de Ação por Iniciativa	25
Quadro 11 - Metas por tipologia	26
Quadro 12 - Resultados do Plano de Ação por indicadores	27
Quadro 13 - Força de Trabalho da FCRB	32
Quadro 14 - Distribuição da Lotação Efetiva	32
Quadro 15 - Distribuição da Lotação Efetiva	33
Quadro 16 - Faixa Etária da Força de Trabalho	34
Quadro 17 - Despesa de Pessoal	35
Quadro 18 - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade	36
Quadro 19 - Composição do Quadro de Estagiários da FCRB	36
Quadro 20 - Evolução da Quantidade e Despesas com Estagiários por Ano	37
Quadro 21 – Idade e Utilização por grupo de veículos	37
Quadro 22 - Despesas por grupo de veículos	38
Quadro 23 - Sistemas em Operação	40
Quadro 24 - Matriz de Probabilidade e Impacto (*).	41
Quadro 25 - Processos de Gerenciamento	41
Quadro 26 - Treinamento em TIC	42
Quadro 27 - Sistemas das Áreas Finalísticas	42
Quadro 28 - Princípios e Diretrizes	43
Quadro 29 - Contatos por Canais de Acesso	46
Quadro 30 - Caracterização da determinação/recomendação do TCU	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Orçamento da FCRB por exercício	31
Gráfico 2- Documentos consultados no Arquivo Histórico e Institucional	47
Gráfico 3 - Materiais consultados na Biblioteca	47

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

MinC - Ministério da Cultura	FCRB - Fundação Casa de Rui Barbosa	UG – Unidade Gestora
CMI – Centro de Memória e Informação	CP – Centro de Pesquisa	CGPA - Coordenação Geral de Planejamento e Administração
PPGMA - Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos	SARH - Serviço de Administração de Recursos Humanos	SIAPE - Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira	SIC- Serviço de Informação ao Cidadão	PPA - Plano Plurianual
PenSei - Processo Eletrônico	QualiRui. - Programa de Qualidade de Vida	SPIUnet - Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
	TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação	IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional

RELAÇÃO DE DIRIGENTES

Presidente	Lia Calabre de Azevedo/ Marta Ribeiro Rocha e Silva de Senna
Diretor Executivo	Ricardo Calmon Reis de Souza Soares
Diretora do Centro de Memória e Informação	Ana Lígia Silva Medeiros
Diretor do Centro de Pesquisas	Antonio Herculano Lopes
Coordenador a Geral de Planej. e Administração	Suindara Rodrigues Ney/Ronaldo Leite Pacheco do Amaral

1. APRESENTAÇÃO

O presente Relatório de Gestão visa apresentar a prestação de contas da Fundação Casa de Rui Barbosa - FCRB sobre suas principais ações no exercício de 2016. Ao longo do documento serão expostos os objetivos institucionais para o período, o contexto e as diretrizes gerais que nortearam as ações, a forma adotada de planejamento e governança e os resultados obtidos.

O ano de 2016 foi marcado pela mudança extraordinária no governo e pela instabilidade político-administrativa proveniente de duas alterações na direção do ministério supervisor e, ainda, na presidência da FCRB. No início de maio de 2016, com o afastamento definitivo da então presidente da república, foi extinto o Ministério da Cultura, pasta a que a FCRB está vinculada. Houve forte reação à medida e a pasta foi recriada logo em seguida, tendo sido nomeado o ministro Marcelo Calero para seu comando. As mudanças no governo motivaram a renúncia da então presidente da FCRB, Lia Calabre, que propôs aos servidores a realização de novo processo interno de busca de dirigente, semelhante ao ocorrido em 2015 que terminou por conduzi-la ao cargo. O processo foi organizado pela Associação de Servidores da FCRB, com o apoio do Ministro da Cultura, e concluído em julho com a indicação da pesquisadora Marta de Senna, nomeada presidente em 08 de setembro. Os demais diretores e chefes de unidades foram mantidos nos cargos. Dois meses depois, no entanto, o Ministro da Cultura renunciou ao cargo, ocasionando novas incertezas ao cenário institucional. Logo em seguida, foi nomeado para a pasta o Deputado Roberto Freire, que em visita à FCRB, em 28 de dezembro, convidou a presidente recém nomeada a permanecer no cargo. Portanto, a instabilidade político-administrativa dominou o cenário nos 12 meses de 2016.

Registre-se que processo que culminou na indicação da nova presidente em 2016 foi marcado pelo compromisso de continuidade da gestão e do plano de ação elaborado pela administração nomeada em 2015. Foram, ainda, mantidos em suas funções os diretores e demais ocupantes de cargos de chefia de unidades. Assim, a gestão da FCRB em 2016, apesar do cenário de turbulência, conseguiu dar continuidade às ações planejadas para o exercício e manter seu compromisso com a participação dos servidores no planejamento e execução de suas ações.

O planejamento da FCRB definiu seis ações estratégicas para o exercício e um projeto especial referente às olimpíadas de 2016: 1. Produção de Conhecimento; 2. Formação e qualificação nas áreas de conhecimento cultural; 3. Prevenção, revitalização, restauração e ampliação do conjunto arquitetônico da FCRB; 4. Acesso digital ao acervo bibliográfico, museológico e arquivístico da FCRB; 5. Processo Eletrônico Nacional - PenSei; 6. Qualidade de Vida - QualiRui; e 7. Preservação da Memória dos Jogos Olímpicos.

Todas as ações obtiveram resultados satisfatórios, com seus objetivos alcançados, como será demonstrado no decorrer do presente relatório.

Apesar do cenário de instabilidade, a FCRB logrou ainda manter seu modelo de governança institucional, cujo pilar principal é o seu Comitê Interno de Governança

(antigo Conselho Diretor), composto pela presidência, diretores, coordenador geral, assistentes diretos e o presidente da associação de servidores, além do procurador e da auditora interna, que participam na qualidade de convidados, prestando assessoria *in loco*, quando necessário.

O Comitê acompanhou, orientou e avaliou a execução do Plano de Ações por meio de reuniões ordinárias semanais. A discussão da agenda e das orientações do Conselho foram replicadas nas áreas, por meio de reuniões setoriais das equipes dos Centros de Pesquisa e de Memória e Informação e da Coordenação de Planejamento e Administração que também ocorrem semanalmente. Além disso, foram constituídos Comitês e Grupos de Trabalhos temáticos para tratamento de iniciativas específicas como a implantação do processo eletrônico – PenSei e o programa de qualidade de vida - QualiRui.

Os esforços pela ampliação dos recursos orçamentários, financeiros, de cargos e de pessoal esbarraram, mais uma vez, nas restrições resultantes da política fiscal, mas não impediram a consecução, com apoio do ministério supervisor, dos principais objetivos traçados pela FCRB. O esforço de obtenção de recursos adicionais, resultou no aporte do orçamento do Fundo Nacional de Cultura para obras de restauro e modernização do conjunto arquitetônico da FCRB e em recursos do orçamento do Ministério para o projeto de memória das olimpíadas. Foi iniciada ainda parte dos serviços e instalações preliminares para a construção do Centro de Preservação de Bens Culturais da FCRB, com recursos oriundos de emendas parlamentares.

Dessa forma, verifica-se uma avaliação positiva do período, em que pese a todas as dificuldades encontradas. A FCRB ressalta o esforço empreendido pelas equipes na obtenção desses resultados.

2. VISÃO GERAL

2.1. FINALIDADE E COMPETÊNCIAS

A finalidade da Fundação Casa de Rui Barbosa, entidade pública federal vinculada ao Ministério da Cultura, é “o desenvolvimento da cultura, da pesquisa e do ensino, cumprindo-lhe, especialmente, a divulgação e o culto da obra e vida de Rui Barbosa” (Lei nº 4.943/66).

São suas competências promover a publicação sistemática da obra de Rui Barbosa e de sua crítica e interpretação, assim como de estudos científicos, artísticos e literários; manter o museu, as bibliotecas Rui Barbosa, São Clemente e Maria Mazzetti, os arquivos histórico, institucional e de literatura brasileira acessíveis ao uso e consulta públicos; promover estudos, conferências, reuniões, exposições ou prêmios que visem à difusão da cultura e da pesquisa; promover estudos e cursos sobre assuntos jurídicos, políticos, filológicos, literários, históricos e sobre políticas públicas de cultura.

Assim, a Fundação Casa de Rui Barbosa atua em dois campos complementares que são, por um lado, a produção e difusão de conhecimento sobre a cultura brasileira e, por outro, a preservação e disponibilização ao público de seu acervo museológico, arquivístico e bibliográfico, contribuindo para o desenvolvimento e afirmação da cultura brasileira, bem como para a avaliação crítica e a formulação de políticas públicas de cultura.

2.2. NORMAS E REGULAMENTO DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE

A Fundação Casa de Rui Barbosa tem sua origem no museu-biblioteca instituído, em 1928, pelo presidente Washington Luís. Em 1938, a Casa de Rui Barbosa foi tombada pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (atual IPHAN), por meio da inscrição nº 32 no Livro Histórico e da inscrição nº 52 no Livro de Belas-Artes. Em 1966, a entidade teve sua personalidade jurídica alterada para Fundação, pela Lei nº 4.943/66. Em 1997, a Lei 9.557 incluiu a FCRB no rol de órgãos e entidades da Administração Pública Federal integrantes da área de Ciência e Tecnologia, que têm como principais objetivos a promoção e a realização da pesquisa e do desenvolvimento científico e tecnológico. Em 2004, a Fundação teve seu Estatuto e seu Quadro de Cargos em Comissão alterados pelo Decreto nº 5.039/04, que revogou o Decreto nº 4.812/03. Em 2005, foi criado pela Portaria FCRB nº 48, o Programa de Incentivo à Produção do Conhecimento Técnico e Científico na Área de Cultura.

Atualmente, o funcionamento da FCRB é normatizado pelo Regimento Interno aprovado pela Portaria MinC nº 37, de 22 de abril de 2014.

Mais recentemente, foi instituído por meio da Portaria FCRB nº 55, de 27 de agosto de 2015, o Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos (PPGMA) da FCRB

no qual se insere o Mestrado Profissional em Memória e Acervos, aprovado pela Coordenação Geral de Avaliação e Acompanhamento da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), em março de 2015. O Programa é regido pelo Regulamento aprovado pela Portaria FCRB nº 70, de 18 de setembro de 2015.

2.3. AMBIENTE DE ATUAÇÃO

O ambiente de atuação da FCRB em 2016 foi fortemente marcado pela instabilidade proveniente da mudança extraordinária do governo, das sucessões no comando da pasta da Cultura. Dessa forma, grande parte do exercício foi marcada pela alteração de dirigentes e interlocutores institucionais, bem como de diretrizes e políticas, gerando indefinições e atraso na execução das ações. Isso tudo num quadro de forte restrição de recursos, onde o orçamento discricionário da FCRB, que já foi de 9,3 milhões em 2012, foi reduzido para um pouco menos de 7,2 milhões em 2013 e mantido nessa faixa até o presente exercício, a despeito da inflação e do aumento significativo de demandas finalísticas e operacionais.

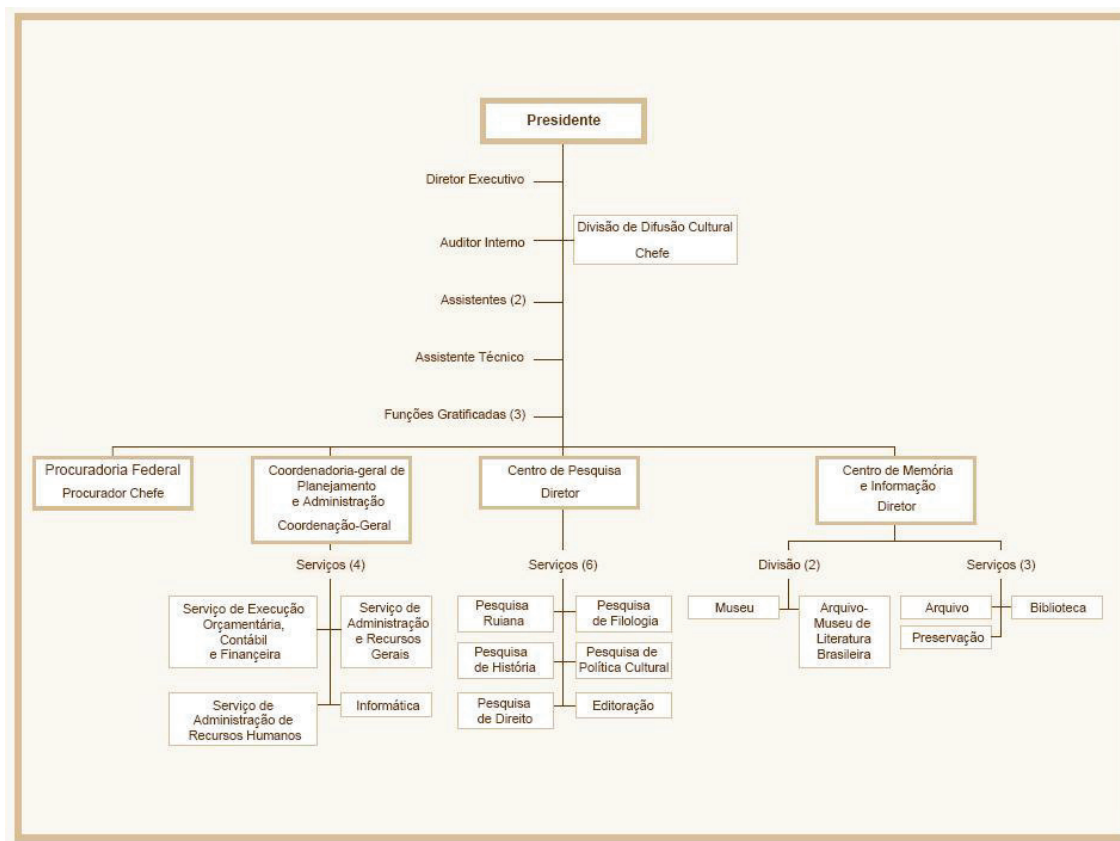
Como oportunidade, verificou-se a capacidade da FCRB em manter a continuidade de suas ações e de seus mecanismos de governança, reafirmando seu espaço técnico-político, com o reconhecimento da excelência de sua produção intelectual, consolidando-se como referência no meio acadêmico, científico e governamental na produção de conhecimento sobre a cultura brasileira e na preservação de acervos culturais. O modelo de gestão participativa contribuiu decisivamente para a viabilizar a coesão interna frente ao quadro de dificuldades.

Nesse contexto, a atuação da FCRB se pautou pela busca de crescente entrosamento com o sistema MinC e de parcerias com atores acadêmicos, estatais e privados, apoiando-se no reconhecimento de sua atuação e no importante suporte recebido do ministério supervisor. Nesse contexto, destacam-se a realização do projeto especial Memória das Olimpíadas e o apoio ministerial ao processo de consulta interna para indicação e nomeação dos dirigentes.

2.4. ORGANOGRAMA

O organograma da FCRB resulta da estrutura organizacional definido em seu Estatuto por meio do Decreto nº 5.039/04.

Figura 1- Organograma



A FCRB está organizada em 05 áreas estratégicas conforme quadro abaixo:

Quadro 1 - Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Áreas Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de Atuação
Presidência	Representação, planejamento, gestão e governança	Lia Calabre de Azevedo	Presidente	A partir de 10/03/2015
		Marta Ribeiro Rocha e Silva de Senna		A partir de 09/09/2016
Centro de Pesquisa	Pesquisas, estudos, orientação de bolsistas, publicações, difusão científica, qualificação.	Antonio Herculano Lopes	Diretor	A partir de 24/07/2015
Centro de Memória e Informação	Museu, Arquivo Museu de Literatura Brasileira, arquivos, bibliotecas, preservação, uso público, acesso, qualificação, pesquisas, estudos, orientação de bolsistas, difusão científica.	Ana Ligia Silva Medeiros	Diretor	A partir de 25/05/2015
Coordenação do Mestrado (*)	Ensino de pós-graduação, Mestrado Profissional em Memória e Acervos	Lucia Maria Velloso de Oliveira	Coordenador	A partir de 21/07/2015
Coordenação Geral de Planejamento e Administração	Planejamento, administração, logística, suprimento, recursos humanos, TIC, bem-estar.	Suindara Rodrigues Ney	Coordenador Geral	A partir de 29/05/2015
		Ronaldo Leite Pacheco do Amaral		A partir de 26/08/2016

(*) A Coordenação do Mestrado não consta ainda na estrutura organizacional prevista no Estatuto da Fundação, uma vez que não houve autorização do Ministério do Planejamento para ampliação do seu quadro de cargos em comissão, por ausência de disponibilidade orçamentária.

2.5. MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

A FCRB ainda não realizou o mapeamento formal de seus macroprocessos finalísticos. No entanto, podem-se identificar as principais funções que norteiam e organizam as suas ações, conforme o quadro a seguir.

Quadro 2 - Macroprocessos finalísticos

Macro Processos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Pesquisa	Realização e fomento de estudos e pesquisas nas áreas de Políticas Culturais, História, Direito, Filologia e sobre a obra Ruiana, memória e acervo arquivístico, arquitetônico, paisagístico, museológico e bibliográfico.	Estudos, Relatórios, Publicações, Serviço de Concessão de Bolsas, Orientação de Bolsistas e Consultoria	Sociedade em geral Pesquisadores e estudiosos Estudantes Formuladores de Políticas Públicas	Centro de Pesquisa e Centro de Memória e Informação
Ensino	Realização de programa de Pós-Graduação e de curso de mestrado Profissional em Memória e Acervos e de cursos de extensão em diversas áreas.	Formação de profissionais. Serviços de Cursos e Orientação de alunos	Profissionais, gestores, técnicos e curadores da área Estudantes Bolsistas Pesquisadores	Coordenação do Mestrado.
Preservação	Preservação dos acervos arquivístico, museológico, arquitetônico, paisagístico e bibliográfico do Museu-Casa de Rui Barbosa, das bibliotecas Rui Barbosa, São Clemente e Maria Mazzetti, dos arquivos histórico, institucional e de literatura brasileira.	Conservação, Manutenção preventiva e corretiva, Restauração, Acondicionamento Recebimento de acervos Tratamento	Sociedade em geral Pesquisadores e estudiosos Estudantes	Centro de Memória e Informação
Uso Público	Promover o acesso e a visitação, consulta e uso público do Museu, ao Conjunto arquitetônico e paisagístico e aos acervos museológicos, bibliográficos e arquivístico da FCRB	Visitação de Museu e Jardim, Consulta ao acervo das Bibliotecas, Arquivos. Serviços de Informações, Interpretação, Educação museológica e Visitas guiadas Acesso digital	Sociedade em geral Pesquisadores e estudiosos Estudantes Escolas Moradores Turistas	Centro de Memória e Informação
Difusão	Promover ações de difusão da produção científica, acadêmica e cultural da FCRB	Palestras, Exposições, Mostras, Seminários, Eventos culturais e artísticos, Publicações e comunicação social	Sociedade em geral Pesquisadores Estudantes Instituições científicas, acadêmicas, governamentais e não governamentais	Presidência Divisão de Difusão Cultural Centro de Pesquisa Centro de Memória e Informação

3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

3.1. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL

Em 2016, a FCRB orientou sua atuação estratégica, tática e operacional a partir de seu Plano de Ação, composto por seis ações estratégicas e um projeto especial, a saber: i) produção de conhecimento; ii) formação e qualificação nas áreas de conhecimento cultural; iii) prevenção, revitalização, restauração e ampliação do conjunto arquitetônico da FCRB ; iv) acesso digital aos acervos bibliográfico e arquivístico da FCRB; v) processo eletrônico - PenSei; vi) qualidade de vida – Quali Rui e; vii) preservação da memória dos Jogos Olímpicos.

Quatro dessas ações dialogam e contribuem diretamente para os objetivos estratégicos do Plano Estratégico do Ministério da Cultura e para objetivos do PPA 2016-2019, relativos ao Programa 2027 – Cultura: Preservação, Promoção e Acesso, conforme o quadro abaixo:

Quadro 3– Objetivos do PPA e Plano Estratégico do MinC por Ações Estratégicas da FCRB

Ações Estratégicas FCRB	Objetivos do Plano Estratégico MinC	Objetivos do PPA 2016-2019
Produção e difusão de conhecimento	Produzir, preservar e difundir conhecimento constitutivo da cultura brasileira e fortalecer as políticas de cultura e educação e de formação artística e cultural	0788 - Produzir e difundir pesquisas e conhecimento constitutivo da cultura brasileira e desenvolver política nacional de integração entre cultura e educação.
Formação e qualificação nas áreas de conhecimento cultural	Produzir, preservar e difundir conhecimento constitutivo da cultura brasileira e fortalecer as políticas de cultura e educação e de formação artística e cultural	0788 - Produzir e difundir pesquisas e conhecimento constitutivo da cultura brasileira e desenvolver política nacional de integração entre cultura e educação.
Prevenção, revitalização, restauração e ampliação do conjunto arquitetônico da FCRB	Preservar e promover a diversidade, a memória e o patrimônio cultural brasileiro	0783 - Preservar, identificar, proteger e promover o patrimônio cultural brasileiro, fortalecendo identidades e criando condições para sua sustentabilidade.
Acesso digital aos acervos bibliográfico e arquivístico	Ampliar e qualificar o acesso da população brasileira a bens e serviços culturais	0784 - Promover o direito à memória dos cidadãos brasileiros, preservando, ampliando e difundindo os acervos museológicos, bibliográficos, documentais e arquivístico, apoiando a modernização e expansão de suas instituições, redes, unidades e serviços.

As ações estratégicas estão em consonância com as finalidades e competências atribuídas pelo Art. 4º da Lei nº 4.943/66, que assim dispõe:

- “Art. 4º A Fundação terá como finalidade o desenvolvimento da **cultura, da pesquisa e do ensino**, cumprindo-lhe, especialmente, a divulgação e o culto da obra e vida de Rui Barbosa, devendo além de outras atividades:
- a) **promover a publicação** sistemática da obra de Rui Barbosa e de sua crítica e interpretação;
 - b) **manter o museu e a biblioteca Rui Barbosa, acessíveis ao uso e consulta públicos;**
 - c) **promover estudos, conferências, reuniões ou prêmios que visem à difusão da cultura e da pesquisa;**

d) **promover estudos e cursos sobre assuntos jurídicos, políticos, filológicos**, ou outros relacionados com a obra e a vida de Rui Barbosa; (...)”
(Grifamos)

Para implementação das ações e projetos em 2016, a FCRB identificou a necessidade de ampliar seus recursos orçamentários, ampliar seu quadro de servidores efetivos e modificar sua estrutura regimental (estatuto) com ampliação de seus cargos comissionados. A demanda por mais recursos foi parcialmente atendida, uma vez que a FCRB não sofreu limitação adicional (contingenciamento) em seu apertado orçamento aprovado pela Lei Orçamentária e recebeu recursos adicionais do orçamento do Ministério da Cultura, do Fundo Nacional da Cultura e de emendas parlamentares, para realização das obras de restauro da fachada do Museu; para aquisição de instalações, equipamentos e serviços preliminares para construção do Centro de Preservação Cultural e para realização do projeto Memória das Olimpíadas. As solicitações referentes a créditos adicionais e ao aumento de quadro de pessoal efetivo e comissionado foram negadas pelo Ministério do Planejamento, em razão da política fiscal restritiva.

3.1.1. Descrição sintética dos objetivos do exercício

Foram objetivos da atuação da FCRB para o exercício de 2016: i) produção de conhecimento, por meio de estudos, pesquisas, publicações e realização de eventos de difusão científica; ii) a formação e qualificação nas áreas de conhecimento cultural, por meio de curso de mestrado profissional e cursos de extensão; iii) ações de prevenção, revitalização, restauração e ampliação do conjunto arquitetônico da FCRB; iv) promoção do acesso digital aos acervos bibliográfico e arquivístico da FCRB, por meio da implantação de plataforma digital; v) implantação do processo eletrônico na FCRB; vi) implantação de programa de qualidade de vida e; vii) realização do projeto especial de pesquisa Preservação da Memória dos Jogos Olímpicos.

Tais objetivos foram definidos com formato de projetos/atividades no Plano de Ação da FCRB e estão relacionados ao Programa 2027 – Cultura: Preservação, Promoção e Acesso, do Plano Plurianual – PPA, bem como ao Plano de Trabalho Anual do Fundo Nacional de Cultura. O quadro abaixo relaciona as metas do Plano de Ação estabelecidas para 2016.

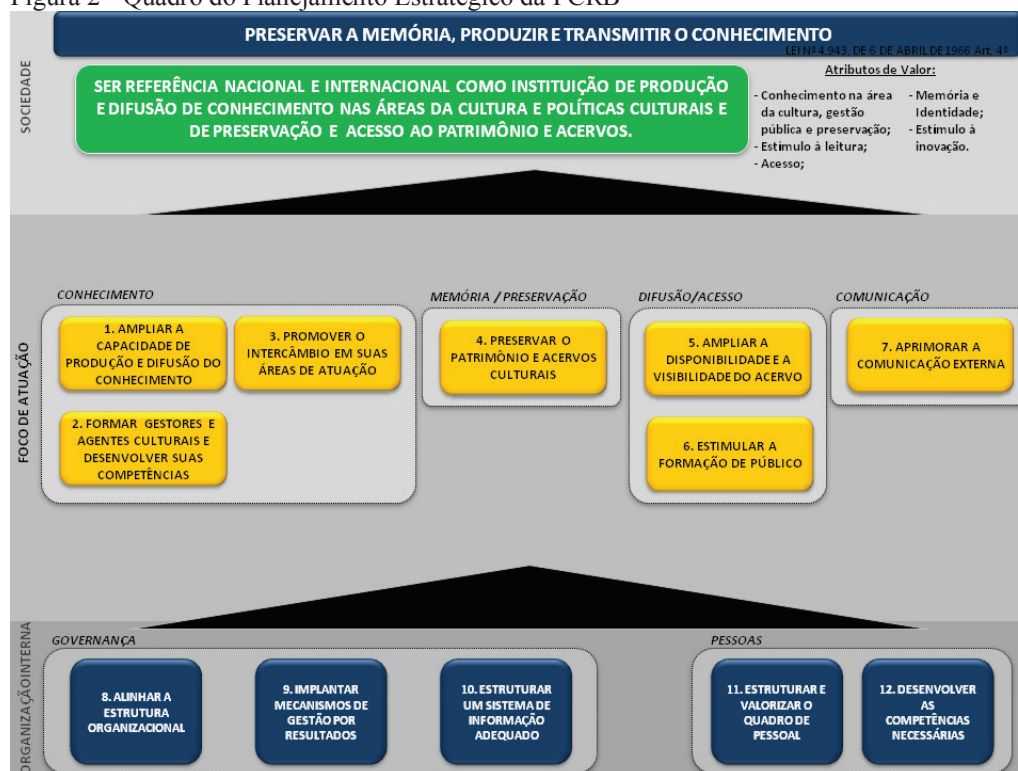
Quadro 4 - Plano de Ação para 2016

Ação	Iniciativa	Meta
1. Produção de estudos e pesquisas e realização de eventos e publicações	1.1 Elaboração de estudos acadêmicos e técnicos e relatórios de pesquisa	62 estudos elaborados
	1.2. Realização de eventos técnicos e científicos	77 eventos realizados
	1.3 Realização de publicações	8 publicações
2. Formação e qualificação nas áreas de conhecimento cultural	2.1 Implementação do mestrado profissional em memória e acervos	15 vagas oferecidas
	2.2 Organização de cursos de extensão e especialização	4 cursos realizados
	2.3 Capacitação e qualificação de profissionais através do Programa de Incentivo à Produção do Conhecimento Técnico e Científico	60 bolsas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico oferecidas
3. Prevenção, revitalização, restauração e ampliação do conjunto arquitetônico da FCRB	3.1 Revitalização e restauração do Jardim Histórico e seus Elementos Integrados	100% das obras de restauração realizadas
	3.2. Restauração das Fachadas do MCRB	50% das fachadas restauradas
	3.3. Instalação de acesso para PCD no MCRB	Projeto elaborado e aprovado
	3.4. Construção de Prédio do Centro de Preservação de Bens Culturais	Projeto executivo concluído e aprovado
4. Acesso digital ao acervo bibliográfico e arquivístico da FCRB	4.1. Montagem de Laboratório de Digitalização	Laboratório instalado
	4.2. Implantação de sistema de gestão de acervos digitais – RUBI	Sistema implantado
5. Processo Eletrônico Nacional – “PenSei”	5.1. Implantação do projeto de "PenSei	Planejamento e cronograma concluídos
6. Qualidade de Vida	6.1 Implantação do projeto de Qualidade de Vida	Projeto elaborado e 25% de atividades implementadas
7. Preservação da Memória das Olimpíadas: processos e ações	7.1. Publicação de livro sobre a Memória das Olimpíadas no Brasil	Publicação de livro (volumes 1 e 2) contratada
	7.2. Realização de Exposição sobre as Olimpíadas e o Rio de Janeiro	1 exposição realizada
	7.3. Elaboração e implantação de Portal Repositório de documentos sobre as Olimpíadas	Elaboração do portal contratada
	7.4. Realização de entrevistas para memória oral das olimpíadas	Gravação de entrevistas (60 horas) contratada
	7.5. Produção de documentário de curta metragem sobre as Olimpíadas	Produção de documentário contratada
	7.6. Realização de 2 eventos científicos sobre a memória das olimpíadas	2 eventos realizados

3.1.2. Estágio de implementação do planejamento estratégico

A FCRB realizou, em 2012, oficina de planejamento estratégico, quando foram definidos a missão e os programas estratégicos que davam conta dos desafios identificados à época. A figura abaixo apresenta o planejamento estratégico da FCRB à época, de acordo com a metodologia BSC (*balanced scorecard*):

Figura 2 - Quadro do Planejamento Estratégico da FCRB



Com o passar do tempo, identificou-se a necessidade de revisão daquelas definições frente a um novo cenário com novas demandas institucionais. Em 2014, a FCRB participou com as demais entidades vinculadas ao Ministério da Cultura das oficinas de planejamento estratégico do órgão supervisor e de todo o sistema MinC. No entanto, o processo de revisão do planejamento estratégico da FCRB não chegou a ser concluído.

Para 2016, a FCRB, mantendo a experiência exitosa de 2015, adotou como metodologia de planejamento de suas ações a elaboração de Plano de Ação nos termos do Estatuto da FCRB, conforme o inciso II, do art. 13, do Decreto 5.039/2004, de 07 de abril de 2004.

3.1.3. Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

O Plano de Ação da FCRB orienta a sua atuação no sentido do cumprimento de sua finalidade e missão institucional, direcionadas ao desenvolvimento da cultura, da pesquisa e do ensino, por meio de projetos estratégicos que contribuem direta e indiretamente para consecução dos objetivos e metas do Plano Estratégico do MinC, do Plano Plurianual 2016/2019 e para o Plano Nacional de Cultura, conforme demonstra o Quadro 4 acima.

3.2. FORMAS E INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO DOS RESULTADOS DOS PLANOS

A FCRB acompanha e monitora o cumprimento dos objetivos traçados em seu Plano de Ação por meio de reuniões semanais de governança, onde são relatados e orientados os andamentos das iniciativas que compõem os projetos estratégicos. A governança do Plano está a cargo do Comitê Interno de Governança da FCRB.

3.3. DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO

3.3.1. Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

Quadro 5 - Ações relacionadas a Programa Temático do PPA de responsabilidade da UPC - OFSS

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	<input type="checkbox"/> Integral <input checked="" type="checkbox"/> Parcial					
Código	20ZM		Tipo: Atividade			
Título	Produção e Difusão de Conhecimento na Área Cultural					
Iniciativa	Representa o próprio objetivo					
Objetivo	Produzir, preservar e difundir conhecimento constitutivo da cultura brasileira e fortalecer as políticas de cultura e educação e de formação artística e cultural Código: 0788					
Programa	Cultura: dimensão essencial do Desenvolvimento		Código: 2027		Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	42201 - Fundação Casa de Rui Barbosa					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.394.099	1.371.056	1.364.995	1.170.344	1.170.344	0	194.650
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Projeto apoiado		unidade	277,0	277,0	350,0	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
306.697	134.263	(-92.690)	Projeto apoiado	unidade	2,0	

FONTE: Financeiro: SIAFI. Físico: Órgão responsável.

Análise Situacional:

A ação orçamentária "Produção e Difusão de Conhecimento na Área Cultural" compreende os seguintes planos orçamentários: 0001) produção/educação, informação e intercâmbio de eventos científicos e culturais; 0002) capacitação de profissionais e geração e difusão de conhecimento para o setor museológico e do patrimônio cultural; 0003) fomento e promoção de estudos, pesquisas e concessão de bolsas na área de conhecimento literário, científico e cultural e; 0004) apoio à produção e difusão na área do conhecimento científico e cultural. Tais planos orçamentários dialogam com as iniciativas constantes das ações "1. Produção de estudos e pesquisas e realização de eventos e publicações" e "2. Formação e qualificação nas áreas de conhecimento cultural" do Plano de Ação da FCRB para 2016.

O percentual de execução orçamentária desta ação foi de 99,5%.

Trata-se de ação orçamentária de grande relevância para a Instituição, uma vez que seus projetos contribuem para o atingimento da meta estabelecida no PPA de produzir e difundir 570 estudos, pesquisas e eventos sobre cultura no Brasil.

Através de parcerias com outras instituições da área de cultura na organização e logística de alguns eventos, foi possível superar a meta proposta, mesmo com as restrições orçamentárias. A meta física no Programa de Bolsas foi atingida, após remanejamento de recursos entre planos orçamentários desta mesma ação, uma vez que este projeto foi considerado prioritário no cumprimento dos objetivos institucionais.

A despesa inscrita em restos a pagar refere-se, principalmente, a contratação de serviços de editoração, cujo prazo de entrega extrapolou o exercício. Além disso, ao pagamento de bolsistas referente ao mês de dezembro de 2016 e a outros serviços contratuais como passagem e hospedagem.

Quadro 6- Ações relacionadas a programa temático do PPA de responsabilidade da UPC - OFSS

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		() Integral (X) Parcial				
Código		20ZH		Tipo: Atividade		
Título		Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro				
Iniciativa		Representa o próprio objetivo				
Objetivo		Preservar e promover a diversidade, a memória e o patrimônio cultural brasileiro Código: 0783				
Programa		Cultura: dimensão essencial do Desenvolvimento Código: 2027 Tipo: Temático				
Unidade Orçamentária		42201 - Fundação Casa de Rui Barbosa				
Ação Prioritária		() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
287.165	229.732	154.587	25.365	25.365	0	129.222
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Bem preservado		unidade	282,0	282,0	374,0	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
98.561	97.987	(-575)	Bem preservado	unidade	263,0	

FONTES: Financeiro: SIAFI. Físico: Órgão responsável.

Análise Situacional

A ação orçamentária "Preservação de Bens e Acervos Culturais" compreende os seguintes planos orçamentários: 0002) captação de acervos bibliográficos e culturais; 0003) preservação, identificação e inventários de acervos culturais; 0005) modernização de museus e acervos. Tais planos orçamentários dialogam com as iniciativas constantes das ações "3. Prevenção, revitalização, restauração e ampliação do conjunto arquitetônico da FCRB e "4. Acesso digital ao acervo bibliográfico e arquivístico da FCRB" do Plano de Ação da FCRB para 2016.

O percentual de execução orçamentária desta ação foi de 67%. A execução referente à aquisição de títulos foi de 72% e a referente à preservação de acervo de 75%. O desempenho baixo ficou por conta do plano orçamentário "modernização de museu" que ficou em 39%. Cabe esclarecer, no entanto, que esse plano orçamentário contou com recursos de apenas R\$51.241,00, que eram notoriamente insuficientes frente às metas almejadas no Plano de Ação. Assim, a FCRB obteve crédito orçamentário do

Fundo Nacional de Cultura no montante de R\$ 874.519,00 para execução da segunda etapa da reforma das fachadas do Museu, dos quais foram empenhados R\$ 669.415,08 no exercício, cumprindo integralmente a meta estabelecida.

Através da ação orçamentária de Preservação de Bens e Acervos Culturais, se mantêm atualizadas as bibliotecas da FCRB e do Mestrado no Plano Orçamentário Captação de Acervos Bibliográficos e Culturais. Em 2016, foram adquiridas 366 novas unidades no mercado nacional para atender a demanda da biblioteca do mestrado, superando a meta prevista.

No Plano orçamentário de Preservação, Identificação e Inventários de Acervos Culturais foram preservados 1.322 documentos com origem em 7 rolos de microfimes.

O valor inscrito em restos a pagar, refere-se principalmente a serviços diversos relacionados à preservação de acervos e à assinatura de periódicos digitais concluída no final do exercício.

Quadro 7 - Ações relacionadas a Programa Temático do PPA de responsabilidade da UPC - OFSS

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	() Integral (X) Parcial					
Código	14U2		Tipo: Projeto			
Título	Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais					
Iniciativa	Representa o próprio objetivo					
Objetivo	Ampliar e qualificar o acesso da população brasileira a bens e serviços culturais Código: 0787					
Programa	Cultura: dimensão essencial do Desenvolvimento Código: 2027 Tipo: Temático					
Unidade Orçamentária	42201 - Fundação Casa de Rui Barbosa					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
500.000	500.000	171.000	0	0	0	171.000
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Espaço cultural implantado/modernizado		unidade	1,0	1,0	0	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0	0	0	Espaço cultural implantado/modernizado	unidade	0	

FONTE: Financeiro: SIAFI. Físico: Órgão responsável.

Análise Situacional

Essa ação se refere à Emenda Parlamentar do Deputado Alessandro Molon, destinada à construção do Centro de Preservação de Bens Culturais. O projeto executivo para construção do Centro de Preservação foi concluído em meados de 2016 e orçado em cerca de R\$ 30 milhões. O montante aprovado pela emenda parlamentar foi reservado para execução de parte dos serviços e instalações preliminares da construção do Centro a serem contratados em 2016, conforme previsão do Plano de Ação. Com esses recursos foram adquiridos *containers* para depósito dos bens e materiais acondicionados nas edificações da FCRB que serão demolidas para dar lugar ao Centro e, ainda, contratado o serviço de prospecção geológica (sondagem) do terreno. Em razão da demora para liberação dos recursos de emendas parlamentares, o procedimento administrativo para aquisição dos *containers* só ocorreu no final do exercício, motivo pelo qual o montante foi inscrito em “restos a pagar”.

3.3.2. Fatores Intervenientes no desempenho orçamentário

O quadro de transição não prevista, externa e interna, consumiu boa parte da atenção de servidores e gestores da FCRB, levando a atraso na execução de projetos novos.

Também o quadro de restrição orçamentária e financeira obrigou a um esforço diário de negociação com o ministério supervisor para liberação de limites de empenho e pagamentos, tanto de recursos oriundos do orçamento da FCRB, quanto do Fundo Nacional de Cultura e, principalmente, os provenientes de emendas parlamentares.

O orçamento insuficiente previsto na Lei Orçamentária levou à redução de algumas metas no Plano de Ação e à necessidade de remanejamento de recursos finalísticos para a área meio de forma a viabilizar despesas essenciais para manutenção da FCRB. Foram remanejados R\$ 80.476,00 para Ação 2000 - Administração da Unidade, sendo R\$ 57.433,00 oriundos da Ação 20ZH - Preservação de Bens e Acervos Culturais e R\$ 23.043,00 da Ação 20ZM - Produção e Difusão de Conhecimento na Área Cultural.

Paralelamente ao esforço de contenção de despesas, a FCRB se empenhou por garantir a integralidade dos recursos aprovados na lei orçamentária e, assim como ocorreu no ano anterior, no exercício de 2016 não houve contingenciamento na liberação dos recursos previstos na lei. A insuficiência de recursos orçamentários foi de certa forma compensada pelo recebimento ao longo do ano de 2016 de descentralizações orçamentárias do Fundo Nacional de Cultura e por 3 (três) emendas parlamentares, garantindo uma boa execução e andamento das iniciativas previstas. Foram destinados ainda à FCRB recursos por meio de descentralização orçamentária para desenvolvimento do Projeto Memória das Olimpíadas.

3.3.3. Informações sobre execução das despesas

Quadro 8 - Despesas por modalidade de contratação

Unidade orçamentária: Fundação Casa de Rui Barbosa					Código UO: 42201		UGO: 344001	
Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	6.149.380,14	13,41	5.064.213,58	11,62	3.963.286,58	9,15	2.739.251,71	6,70
a) Convite								
b) Tomada de Preços	821.815,08	1,79	1.033.194,78	2,37	255,00	0,00	83.937,69	0,21
c) Concorrência	117.056,04	0,26	143.572,44	0,33	116.229,42	0,27	107.849,58	0,26
d) Pregão	5.210.509,02	11,36	3.887.446,36	8,9	3.846.802,16	8,88	2.547.464,44	6,24
e) Concurso								
f) Consulta								
g) Regime Diferenciado de CP								
2. Contratações Diretas (h+i)	1.508.458,17	3,29	2.130.084,02	4,89	1.230.488,71	2,84	1.828.906,05	4,48
h) Dispensa	1.078.460,78	2,35	1.568.693,65	3,60	911.725,88	2,10	1.440.388,53	3,53
i) Inexigibilidade	429.997,39	0,94	561.390,37	1,29	318.762,83	0,74	388.517,52	0,95
3. Regime de Execução Especial	5.674,13	0,01	7.314,18	0,02	5.674,13	0,01	7.314,18	0,02
j) Suprimento de Fundos	5.674,13	0,01	7.314,18	0,0	5.674,13	0,01	7.314,18	0,02
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	35.795.588,17	78,03	34.444.768,55	79,02	35.795.588,17	82,62	34.444.768,55	84,31
k) Pagamento em Folha	35.742.514,23	77,92	34.398.488,52	78,91	35.742.514,23	82,50	34.398.488,52	84,19
l) Diárias	53.073,94	0,12	46.280,03	0,11	53.073,94	0,12	46.280,03	0,11
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	43.459.100,61	94,74	41.646.380,33	95,54	40.995.037,59	94,62	39.020.240,49	95,50
Outros	2.414.319,34	5,26	1.943.157,88	4,46	2.330.481,15	5,38	1.837.064,16	4,50
6. Total das Despesas da UPC	45.873.419,95	100	43.589.538,21	100	43.325.518,74	100	40.857.304,65	100

Quadro 9 - Despesas por grupo e elementos de despesa

Unidade Orçamentária: Fundação Casa de Rui Barbosa				Código UO: 42201		UGO: 344001		
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
1. Despesas de Pessoal								
31.90.11 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	17.739.349,99	16.928.291,06	17.739.349,99	16.928.291,06			17.739.349,99	16.928.291,06
31.90.01 - Aposent. rpps, reser. remuner	12.940.397,61	12.515.832,57	12.940.397,61	12.515.832,57			12.940.397,61	12.515.832,57
31.90.13 - Obrigações patronais	3.449.474,41	3.349.263,35	3.449.474,41	3.349.263,35			3.449.474,41	3.349.263,35
Demais elementos do grupo	1.613.292,22	1.605.101,54	1.613.292,22	1.605.101,54			1.613.292,22	1.605.101,54
2. Juros e Encargos da Dívida								
Demais elementos do grupo								
3. Outras Despesas Correntes								
33.90.39 - outros serviços de terceiros pj - op.int.orc.	3.521.145,24	3.270.180,13	2.216.092,56	1.876.623,27	1.305.052,68	1.393.556,86	2.216.092,56	1.864.623,27
33.90.37 - locação de mão-de-obra	3.012.150,94	2.704.438,35	2.704.547,04	2.453.937,70	307.603,90	250.500,65	2.704.547,04	2.453.937,70
33.90.20 - auxílio financeiro a pesquisadores	999.971,00	664.310,00	938.369,66	592.020,00	61.601,34	72.290,00	938.369,66	592.020,00
Demais elementos do grupo	1.558.794,33	1.700.156,56	1.481.784,13	1.349.468,25	77.010,20	350.688,31	1.481.784,13	1.348.978,25
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
4. Investimentos								
44.90.52 Equipamentos e material permanente	740.209,25	851.964,65	112.526,16	202.736,91	627.683,09	649.227,74	112.526,16	199.256,91
44.90.39 - Outros serviços de terceiros pj - op.int.orc.	295.594,96	-	126.644,96	-	168.950,00	-	126.644,96	-
Demais elementos do grupo								
5. Inversões Financeiras								
45.90.62 - Aquisição de bens para revenda	3.040,00	-	3.040,00	-			3.040,00	-
Demais elementos do grupo								
6. Amortização da Dívida								
Nome do elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: Tesouro Gerencial

Análise crítica:

Foi registrada uma redução em 2016 na modalidade Dispensa de Licitação em relação ao ano anterior. Cumpre destacar que do total apresentado, R\$ 263.227,80 refere-se à contratação da Fundação Getúlio Vargas para a execução de serviços técnicos especializados em metodologia de história oral para o Projeto de Preservação da Memória da Olimpíadas. A segunda contratação mais representativa do total corresponde a um valor de R\$ 156.630,30 e refere-se à contratação da empresa Mil Tech Soluções Tecnológicas Ltda. - ME, segunda colocada no Pregão 19/2013, remanescente dos serviços de manutenção predial. Essas duas contratações, correspondem a 38,93% do total das Dispensas.

A redução de gastos em diárias foi decorrente dos limites estabelecidos pelo Ministério supervisor para "Diárias e passagens", tendo esta FCRB adotado restrição a viagens internacionais e capacitações fora da cidade do Rio de Janeiro. Pode-se observar que do ano de 2015 para o ano de 2016 não houve nenhum aumento significativo em termos percentuais.

As despesas executadas na ND 44.90.39 contemplam o recurso orçamentário recebido pela UG no valor de R\$ 295.594,96, dos quais R\$ 126.644,96 pagos no ano de 2016, foram destinados à aquisição de software; contratação de serviços técnicos profissionais de prospecção geológico-geotécnica e hidro geológica; e de serviços de demolição de edificações em terreno contíguo à Fundação Casa de Rui Barbosa. Estes dois últimos, sobretudo a contratação de serviços de demolição (concentrando 46,6 % do total desta ND) são contemplados pelo projeto de construção do prédio anexo desta Fundação.

O aumento significativo no total da ND 33.90.20, corresponde aos bolsistas contratados para a execução do Projeto da Memória dos Jogos Olímpicos 2016.

Na modalidade tomada de preço, o valor de R\$ 669.415,08 corresponde à contratação de serviços de restauração da fachada do Museu firmada com a empresa Studio G Construtora LTDA; utilizando recursos do Fundo nacional de Cultura FNC para atender a necessidade de complementação dos serviços identificada no decorrer da obra.

3.4. DESEMPENHO OPERACIONAL

A FCRB realizou de forma satisfatória a grande parte das iniciativas desenhadas no âmbito do Plano de Ação para 2016. O quadro adiante trata das metas estabelecidas para cada iniciativa e o resultado alcançado.

Quadro 10 - Resultados do Plano de Ação por Iniciativa

Ação	Iniciativa	Meta	Indicador	Resultado
1. Produção de estudos e pesquisas e realização de eventos e publicações	1.1 Elaboração de estudos acadêmicos e técnicos e relatórios de pesquisa	Elaborar 62 estudos	Quantidade de Relatórios Concluídos	67 (CMI: 29 e CP: 38)
	1.2. Realização de eventos técnicos e científicos	Realizar 77 eventos	Quantidade de eventos realizados	109 (CMI: 41; Mestrado: 3 e CP: 65)
	1.3 Realização de publicações	Publicar 8 obras	Quantidade de obras publicadas	6
2. Formação e qualificação nas áreas de conhecimento cultural	2.1 Implementação do mestrado profissional em memória e acervos	Oferecer 15 vagas	Quantidade de vagas oferecidas	19
	2.2 Organização de cursos de extensão e especialização	Realizar 4 cursos	Quantidade de cursos realizados	3
	2.3 Capacitação e qualificação de profissionais através do Programa de Incentivo à Produção do Conhecimento Técnico e Científico	Oferecer 60 bolsas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico	Quantidade de bolsas oferecidas	66 (CMI: 36 CP : 30)
3. Prevenção, revitalização, restauração e ampliação do conjunto arquitetônico da FCRB	3.1 Revitalização e restauração do Jardim Histórico e seus Elementos Integrados	Realizar 100% das obras de restauração	Percentual realizado das obras	100%
	3.2. Restauração das Fachadas do MCRB	50% das fachadas restauradas	Percentual das fachadas restauradas	50 %
	3.3. Instalação de acesso para PCD no MCRB	Projeto arquitetônico elaborado e aprovado	Sim ou não	Não
	3.4. Construção de Prédio do Centro de Preservação de Bens Culturais	Projeto executivo concluído e aprovado	Sim ou não	Sim
4. Acesso digital ao acervo bibliográfico e arquivístico da FCRB	4.1. Montagem de Laboratório de Digitalização	Laboratório instalado	Sim ou não	Sim
	4.2. Implantação de sistema de gestão de acervos digitais (RUBI).	Sistema implantado	Sim ou não	Sim
5. Processo Eletrônico Nacional	5.1. Implantação do projeto de "PenSei	Planejamento e cronograma concluídos	Sim ou não	Sim
6. Qualidade de Vida	6.1 Implantação do projeto de Qualidade de Vida	Projeto elaborado e 25% de atividades implementadas	Sim ou não	Sim
7. Preservação da Memória das Olimpíadas: processos e ações	7.1. Elaboração e Publicação de livro sobre a Memória das Olimpíadas no Brasil	Elaboração de 2 livros (volumes 1 e 2) contratada	Sim ou não	Sim
	7.2. Realização de Exposição sobre as Olimpíadas e o Rio de Janeiro	Realizar 1 exposição	Sim ou não	Sim
	7.3. Elaboração e implantação de Portal Repositório de documentos sobre as Olimpíadas	Contratar a elaboração de 1 portal	Sim ou não	Sim
	7.4. Realização de entrevistas para memória oral das olimpíadas	Contratar a gravação de 60 horas de entrevistas	Sim ou não	Sim
	7.5. Produção de documentário de curta metragem sobre as Olimpíadas	Contratar a produção do documentário	Sim ou não	Sim
	7.6. Realização de eventos científicos para analisar e debater as temáticas pesquisadas no Projeto	Realizar 2 eventos	Quantidade de eventos realizados	2

3.5. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO

A FCRB não implantou um modelo formal de indicadores de desempenho. Está planejada para 2017 a contratação de curso específico de capacitação de servidores sobre a matéria. No entanto, em 2016, a FCRB, por intermédio de seu comitê interno de governança, orientou o acompanhamento de seu Plano de Ação a partir das metas e indicadores apresentados no quadro constante no item anterior deste relatório.

Trata-se de indicadores de eficácia que traduzem o atingimento das metas estabelecidas para cada uma das iniciativas constantes do Plano de Ação, conforme o quadro acima:

Foi adotada a periodicidade anual para apuração dos resultados, embora a execução das metas tenha sido acompanhada pelos responsáveis diretos e pelo Comitê durante todo o exercício. Foram adotados três tipos de indicadores quantitativos, conforme descrição no quadro abaixo:

Quadro 11 - Metas por tipologia

Tipo	Descritor	Metas
Numérico	Afere metas numéricas, ou seja, a quantidade de produtos entregues.	1.1;1.2; 1.3; 2.1;2.2;2.3
Percentual	Afere metas divisíveis, que permitem entregas parciais do produto.	3.1;3.2; 7.6.
Binário	Afere metas para produtos indivisíveis e únicos (sim ou não)	3.3;3.4;4.1;4.2; 5.1; 6.1; 7.1;7.2;7.3;7.4;7.5

Da análise dos quadros a seguir, pode-se constatar que as metas relativas à produção de conhecimento e formação e qualificação foram superadas, com exceção para a publicação de obras e a realização de cursos, que atingiram 75% do planejado. Todas as demais metas foram plenamente atingidas, exceto o projeto arquitetônico para instalação de acesso à pessoa com deficiência. O projeto foi elaborado e encaminhado ao IPHAN para aprovação desde julho de 2016.

Assim, das vinte metas estabelecidas no Plano de Ação, dezessete foram plenamente cumpridas, ou superadas, e três o foram parcialmente.

Quadro 12 - Resultados do Plano de Ação por indicadores

Ação	Meta (A)	Indicador	Resultado (B)	Índice de Referência	Índice Previsto (A)	Índice Alcançado (B/A)
1. Produção de estudos e pesquisas e realização de eventos e publicações	1.1. Elaborar 62 estudos	Número de Relatórios Concluídos	67 (CMI: 29 e CP: 38)	1,28	1	1,11
	1.2. Realizar 77 eventos	Número de eventos realizados	109 (CMI: 41; Mestrado: 3 e CP: 65)	1,93	1	1,41
	1.3. Publicar 8 obras	Número de obras publicadas	6	1	1	0,75
2. Formação e qualificação nas áreas de conhecimento cultural	2.1. Oferecer 15 vagas	Número de vagas oferecidas	19	Não há	1	1,26
	2.2. Realizar 4 cursos	Número de cursos realizados	3	Não há	1	0,75
	2.3. Oferecer 60 bolsas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico	Número de bolsas oferecidas	66 (CMI: 36 CP : 30)	Não há	1	1,1
3. Prevenção, revitalização, restauração e ampliação do conjunto arquitetônico da FCRB	3.1. Realizar 100% das obras de restauração	Percentual realizado das obras	100%	Não há	1	1
	3.2. 50% das fachadas restauradas	Percentual das fachadas restauradas	50 %	1	1	1
	3.3. Projeto arquitetônico elaborado e aprovado	Sim ou não	Não	Não há	1	0
	3.4. Projeto executivo concluído e aprovado	Sim ou não	Sim	Não há	1	1
4. Acesso digital ao acervo bibliográfico e arquivístico da FCRB	4.1. Laboratório instalado	Sim ou não	Sim	Não há	1	1
	4.2. Sistema implantado	Sim ou não	Sim	Não há	1	1
5. Processo Eletrônico Nacional	5.1. Planejamento e cronograma concluídos	Sim ou não	Sim	Não há	1	1
6. Qualidade de Vida	6.1. Projeto elaborado e 25% de atividades implementadas	Sim ou não	Sim	Não há	1	1
7. Preservação da Memória das Olimpíadas: processos e ações	7.1. Contratar a elaboração de livro com 2 volumes	Sim ou não	Sim	Não há	1	1
	7.2. Realizar 1 exposição	Sim ou não	Sim	Não há	1	1
	7.3. Contratar a elaboração de 1 portal	Sim ou não	Sim	Não há	1	1
	7.4. Contratar a gravação de entrevistas	Sim ou não	Sim	Não há	1	1
	7.5. Contratar a produção do documentário	Sim ou não	Sim	Não há	1	1
	7.6. Realizar 2 eventos	Número de eventos realizados	2	Não há	1	1

4. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

4.1. DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA

Em 2016, a FCRB adotou como principal mecanismo de governança as reuniões semanais de seu Comitê Interno de Governança, instância de coordenação e participação criada por meio da Portaria nº 101, de 13 de dezembro de 2016, composto pela Presidente, Diretor Executivo, Diretores do Centro de Pesquisa e do Centro de Memória e Informação, Coordenador Geral de Planejamento e Administração, Assistente de Planejamento e Orçamento, Coordenadora do Mestrado, Chefe da Divisão de Difusão Cultural, Assessora do Gabinete e o Presidente da associação de servidores, além do Procurador e da Auditora Interna, que participam na qualidade de convidados, prestando assessoria *in loco*, quando necessário.

Apoiam a governança da FCRB os seguintes organismos: Comitê Gestor de Segurança da Informação, constituído pela Portaria nº 3, de janeiro de 2015; Comissão de Ética, instituída pela Portaria nº 50, de 06 de agosto de 2015; Grupo Assessor do Programa de Incentivo à Produção do Conhecimento Técnico e Científico na Área da Cultura, pela Portaria nº 14, de 7 de março de 2014; Comitê do Programa Institucional de Iniciação Científica, Portaria nº 71, de 23 de setembro de 2015; e Comissão de Plano de Carreira, Portaria nº 73, de 06 de outubro de 2015. Em 2016, foram criados ainda por recomendação do Comitê Interno de Governança a Comissão do Programa Qualidade de Vida, pela Portaria nº 16, de 07 de março de 2016; a Comissão de Implantação do Processo Administrativo Eletrônico, pela Portaria nº 40 de 10 de maio de 2016; o Grupo de Trabalho para elaborar a Política de Gestão de Risco, pela Portaria nº 111, de 16 de dezembro de 2016 e o Grupo de Trabalho para elaborar o Plano de Dados Abertos, pela Portaria nº 112, de 30 de dezembro de 2016.

Embora só tenha sido formalizado em dezembro de 2016, o Comitê Interno de Governança foi constituído informalmente desde 2015, quando era denominado Conselho Diretor, e atuou fortemente no planejamento e acompanhamento das ações da instituição. Suas decisões e diretrizes são transmitidas pelas diretorias aos demais setores por meio de reuniões semanais de coordenação.

4.2. INFORMAÇÕES SOBRE OS DIRIGENTES E COLEGIADOS

A Lei nº 4.943/1966 que transforma a Casa de Rui Barbosa em Fundação dispõe que o Presidente da FCRB será assistido por um Conselho Consultivo, órgão colegiado, composto por pessoas eminentes no campo da cultura nacional e por representantes do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; da Academia Brasileira de Letras; do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; e do Instituto da Ordem dos Advogados do Brasil.

O Conselho Consultivo, no entanto, encontra-se inativo desde 2005. A direção da FCRB iniciou, no final de 2015, uma série de consultas internas e externas com as entidades congêneres e parceiras para elaboração da lista de nomes a ser apresentada ao Ministro da Cultura. No entanto, os esforços para viabilizar o retorno do funcionamento do colegiado em 2016 esbarraram na crise política nacional e nas decorrentes mudanças na direção do ministério supervisor, cujo titular é a autoridade competente para nomear seus membros. No final de 2016, essa agenda foi retomada

com o Ministério com objetivo de recompor o Conselho no primeiro semestre de 2017.

O Comitê Interno de Governança é composto pelos principais dirigentes e assistentes da FCRB. Embora não exista norma que assim determine, todos os dirigentes que o compõem, com exceção do Coordenador Geral de Administração e Planejamento, são servidores públicos federais efetivos, da carreira de Ciência e Tecnologia ou de carreiras de Estado da CGU, AGU e de especialistas em política públicas e gestão do Ministério do Planejamento. A Presidente e os diretores dos Centros de Pesquisa e de Memória e Informação da FCRB foram indicados ao Ministro da Cultura, a partir de processo de consulta interna com ampla participação dos servidores.

A FCRB conta ainda com o Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos/ Mestrado Profissional em Memória e Acervos, criado por meio da Portaria FCRB nº 70, de 18 de setembro de 2015, que o regulamenta. O colegiado é o órgão deliberativo do PPGMA e é integrado pelos seguintes membros: I) coordenador do PPGMA, com direito a voz e voto; II) docentes permanentes e colaboradores do PPGMA, com direito a voz e voto; III) 1 (um) representante dos alunos regularmente matriculado, eleito por seus pares, com mandato de 1 (um) ano, com direito a voz, só cabendo recondução sob pedido expresso do próprio representante e a juízo do Colegiado; IV) demais docentes, com direito a voz.

4.3. ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

Atualmente as atribuições da Auditoria Interna da FCRB estão previstas no Decreto nº 8.987, de 13 de fevereiro de 2017 (em vigor a partir de 10/03/2017), que aprovou o Estatuto da FCRB e revogou o Decreto nº 5.039/2004, que se encontra disponível na internet, no endereço eletrônico https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D8987.htm#art8.

A Auditoria Interna da FCRB está subordinada diretamente ao seu dirigente máximo, além de estar sujeita à orientação normativa e à supervisão técnica do órgão central e dos órgãos setoriais do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, nos termos do art. 22 da Lei nº 10.180/2001, regulamentado pelo art. 15 do Decreto nº 3.591/2000.

A nomeação e a exoneração do Auditor-Chefe é submetida previamente ao Ministro de Estado da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União, conforme previsto no artigo 3º do Decreto nº 8.987/2017, em consonância com o artigo 15 do Decreto nº 3.591/2000 e a Portaria/CGU nº 915/2014.

Na estrutura organizacional da FCRB, não há unidades ou subunidades descentralizadas de Auditoria Interna.

Para a realização dos trabalhos a Auditoria Interna da FCRB, em razão de não haver uma unidade de Auditoria Interna implantada, o material humano empregado foi apenas a própria Auditoria Interna. O fato citado já foi objeto de comentários/recomendações do Tribunal de Contas da União – TCU, constante no Acórdão nº 821/2014 – TCU – Plenário, Seção, de 02/04/2014, por meio do qual o Tribunal apreciou o processo de Relatório de Auditoria, TC 018.270/2013-1.

A situação atual de insuficiência de recursos humanos para realizar os serviços de apoio administrativo da Auditoria Interna - AUDIN, bem como ausência de uma equipe de auditoria que dê suporte às atividades a serem desenvolvidas, aumenta a possibilidade de riscos e erros comuns na gestão, principalmente, o cumprimento e a execução do PAINT.

As recomendações feitas pela AUDIN às Unidades Organizacionais da FCRB são levadas ao conhecimento do Presidente e do Diretor Executivo da Instituição, podendo a AUDIN alertar à Alta Administração por meio de documentos e/ou reuniões, no sentido de enfatizar os riscos pela não implementação das recomendações efetuadas

Os riscos-chaves identificados pela Auditoria Interna, quando do cumprimento do Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT), são informados à alta administração, que, por sua vez, fornece direção clara para que eles sejam gerenciados. Os riscos identificados são atribuídos a pessoas que têm responsabilidade e autoridade para gerenciá-los.

4.4. ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E DE APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS

A Fundação Casa de Rui Barbosa não possui em sua estrutura funcional uma Unidade de Correição permanente, ou seja, não há um setor específico que trate das competências correcionais. Desta forma, os processos de apuração de responsabilidade ocorrem por meio da nomeação de servidores, de diversos setores, aptos a participarem das respectivas comissões apuratórias. Uma vez instaurados os procedimentos apuratórios e concluídos os trabalhos de cada Comissão, os processos são encaminhados à decisão do Presidente da instituição.

No exercício de 2016 não houve instauração de processos disciplinares no âmbito desta fundação.

No caso de instaurações de processos disciplinares, são observados os preceitos estabelecidos na Portaria CGU nº 1.043, de 24 de julho de 2007, notadamente no que se refere ao prazo de 30 dias para sua inserção no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares – CGUPAD, a contar da ocorrência do fato ou ato de que tratam. Tal atividade é atualmente executada pela Auditora Interna.

4.5. GESTÃO RISCOS E CONTROLES INTERNOS

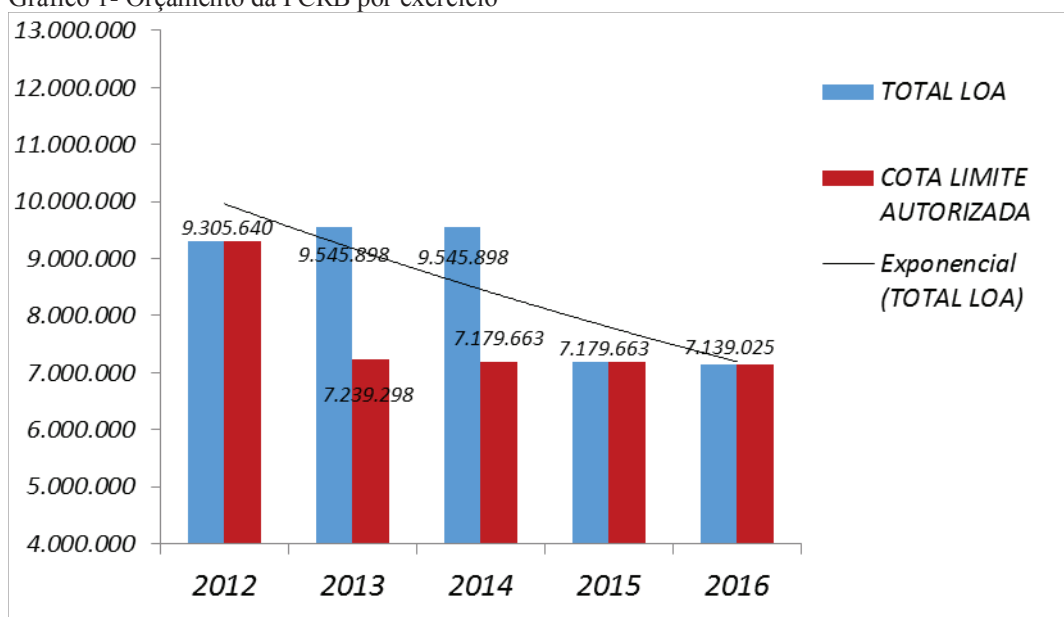
A gestão de riscos da FCRB, além dos mecanismos procedimentais regulares previstos na legislação em vigor, bem como na jurisprudência e normas de controle, procurou focar aqueles que poderiam comprometer os objetivos traçados no Plano de Ação para 2016.

Um dos mais importantes deles refere-se ao quadro de forte restrição orçamentária e financeira, que obrigou a um esforço diário de negociação com o ministério supervisor para liberação de limites de empenho e pagamentos, tanto de recursos oriundos do orçamento da FCRB quanto do Fundo Nacional de Cultura.

O chamado orçamento discricionário da FCRB vem sendo mantido no patamar em torno de 7 milhões de reais desde 2013, quando já foi de cerca de 9 milhões em 2012. Isso em termos nominais, desconsiderando-se a inflação do período, o

aumento de atividades, como o Mestrado, e novas demandas oriundas do crescimento do acervo e das mudanças tecnológicas.

Gráfico 1- Orçamento da FCRB por exercício



O ambiente restritivo tem levado também a outro efeito perverso que é a desmotivação e a descrença do quadro funcional sobre a possibilidade de implementação dos projetos. Trata-se de um risco subjetivo que demanda uma sistemática rígida de acompanhamento e conversações sobre o andamento dos processos e a elaboração de especificações, termos de referência e projetos técnicos, de forma a evitar a inércia ou o baixo ritmo nas ações programadas. O controle tem se dado por meio das reuniões sistemáticas do Comitê Interno de Governança e das equipes setoriais, reuniões gerais com os servidores para debater o Plano de Ação, bem como a criação e acompanhamento de grupos de trabalho temáticos.

Outro risco grave se refere à não renovação do quadro de servidores e à insuficiência de cargos efetivos e comissionados que constroem fortemente a capacidade laborativa da FCRB e apontam a médio prazo para a inviabilidade de continuidade de determinadas áreas finalísticas.

Acrescentem-se aos anteriores os riscos físicos para o acervo cultural da FCRB que, para serem enfrentados de forma adequada, também requerem um importante aporte de recursos financeiros e de empenho técnico. Entre eles, cabem ser citados os riscos de incêndio e inundação no Museu e no edifício sede, bem como os advindos do acondicionamento inadequado de documentos, peças e obras do acervo museológico, arquivístico e bibliográfico.

5. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

5.1. GESTÃO DE PESSOAS

Em consonância com a política de governança aberta à maior participação, a gestão de pessoas buscou ampliar os canais que ligam as decisões institucionais às equipes de servidores, proporcionando maior transparência e a coparticipação nas ações. Além das sistemáticas reuniões com as equipes, foram implementados em 2016 ações e projetos nas áreas de capacitação, carreiras e qualidade de vida.

5.1.1. Estrutura de pessoal da unidade

Quadro 13 - Força de Trabalho da FCRB

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	156	127	6	5
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	0	127	6	5
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	121	4	5
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	4	2	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	2	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	Não há	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	Não há	4	1	1
4. Total de Servidores (1+2+3)	156	131	7	6

Fonte: SIAPE

Quadro 14 - Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	39	88
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	39	88
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	36	85
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	1	3
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	2	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	3	1
4. Total de Servidores (1+2+3)	42	89

Fonte: SARH

Quadro 15 - Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	26	26	1	1
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	26	26	0	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	20	20	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	1	1	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	1	1	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	2	2	1	0
1.2.5. Aposentados	2	2	0	1
2. Funções Gratificadas	3	3	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	3	3	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	29	29	1	1

Fonte: SIAPE

Análise crítica:

A Fundação Casa de Rui Barbosa conta com um Serviço de Administração de Recursos Humanos - SARH, ligado hierarquicamente à Coordenação-Geral de Planejamento e Administração, tendo como principais atividades: executar as ações relativas ao desenvolvimento de recursos humanos e administração de pessoal, de acordo com as orientações e normas emanadas do órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal – SIPEC; elaborar e controlar a Folha de Pagamento dos servidores e seus relatórios; elaborar, implementar e acompanhar o Plano Anual de Capacitação dos Servidores e todos os procedimentos administrativos inerentes à sua execução; implementar e supervisionar com órgãos específicos e instituições a participação dos servidores em programas de capacitação de recursos humanos; promover e coordenar o processo de avaliação de desempenho, bem como realizar o tratamento dos resultados decorrentes desse processo; administrar e controlar o plano de assistência médica adotado pela Fundação para os servidores; coordenar a execução do programa de estágio institucional; subsidiar as áreas finalísticas e o setor financeiro no programa de bolsas, na elaboração e acompanhamento de feitura dos contratos com os bolsistas; e manter e divulgar informações atualizadas sobre dispositivos legais, normas, decisões superiores e jurisprudência, relativos a sua área de atuação.

A força de trabalho à disposição da FCRB, em 31/12/2016, foi composta por 131 servidores ativos. Destes, 4 (quatro) são servidores em exercício descentralizado, 2 (dois) requisitados e 4 (quatro) nomeados em cargo em comissão (2 aposentados no serviço público federal e 2 sem vínculo com a administração).

A qualificação da força de trabalho da FCRB, em 2016, foi composta por servidores com qualificação mínima de nível superior (67 servidores, representando 51,54% da força de trabalho) e servidores com nível auxiliar/médios (64 servidores,

representando 48,46% da força de trabalho). Há, portanto, um equilíbrio na alocação de cargos.

Estudo realizado em 2015 apontou a necessidade de criação de 47 novos cargos da carreira de Ciência e Tecnologia para a FCRB, para fazer frente aos seus desafios e demandas atuais. E ainda do preenchimento, via concurso público, de 28 cargos da carreira, atualmente vagos.

Quanto à distribuição de seus servidores em 2016, 67,94% do quadro efetivo encontrava-se lotado na área fim (Centro de Memória e Informação e Centro de Pesquisa) e 32,06% na área meio (Coordenação de Planejamento e Administração, e Presidência). Os cargos comissionados, no total de 29, são ocupados quase que exclusivamente por servidores efetivos.

A FCRB apresenta também um quadro funcional com aproximadamente 50% de seus servidores com mais de 50 anos de idade. E, em levantamento realizado pelo Serviço de Administração de Recursos Humanos - SARH, no próximo quinquênio, aumentar-se-á o número de servidores em plenas condições para se aposentar, podendo ocasionar impacto negativo nos serviços realizados pela FCRB, conforme quadro abaixo:

Quadro 16 - Faixa Etária da Força de Trabalho

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo	-	-	-	-	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	21	21	24	38	26
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-
2. Provimento de cargo em comissão	-	-	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	1	-	-
2.3. Funções gratificadas	-	-	-	-	-
3. Totais (1+2)	21	21	25	38	26

Fonte: SARH

Não ocorreram afastamentos na FCRB que impactassem significativamente em sua força de trabalho e tampouco ocorreu movimentação de pessoal decorrente de reestruturação de órgãos.

5.1.2. Demonstrativo das despesas com pessoal

Quadro 17 - Despesa de Pessoal

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de poder e agentes políticos										
Exercícios	2016	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2015	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade										
Exercícios	2016	10.293.990,25	521.401,89	1.343.932,98	4.656.406,76	871.188,65	930.793,74	42.340,21	21.578,34	18.681.632,82
	2015	9.886.202,08	463.627,32	1.257.790,03	4.623.968,31	720.395,19	799.106,24	72.834,51		17.823.923,68
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade										
Exercícios	2016		177.520,88	14.200,84	5.792,46		2.793,12			200.307,30
	2015		218.494,52	17.006,64	4.751,08		1.243,03	7.526,05		249.021,32
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)										
Exercícios	2016		208.191,12	17.223,91	1.791,68	17.404,00	2.707,09	6.515,40		253.833,20
	2015		162.043,00	13.620,08	961,98	6.388,08	3.748,05	5.088,39		191.849,58
Servidores cedidos com ônus										
Exercícios	2016	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2015	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores com contrato temporário										
Exercícios	2016	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2015	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIAPE

5.1.3. Gestão de riscos relacionados ao pessoal

Os principais riscos identificados na área de Gestão de Pessoas da FCRB são:

- a) Não realização de concursos periódicos: os dois últimos concursos da Fundação Casa de Rui Barbosa ocorreram em 2002 e em 2013. Observa-se, portanto, que passaram 11 anos para que um novo certame pudesse ser realizado. Esse quadro revela que a recomposição da força de trabalho da FCRB, em virtude de exonerações, aposentadorias e outras formas de vacância, fica prejudicada com a ausência de uma política de concursos periódicos para a Casa. Cabe salientar que, no ano de 2016, foram estruturados dois processos administrativos visando melhoria do âmbito organizacional: Processo nº 01550.000117/2016-03, que solicitava o adicional, em 50%, de nomeações referentes ao concurso público regido pelo Edital nº 02/2013 e o Processo nº 01550.000118/2016-40, que solicitava novo concurso público visando à melhoria de seus quadros. Todavia, todos esses processos foram indeferidos pelo Ministério do Planejamento e Orçamento, em virtude do ajuste fiscal vivenciado pelo Governo Federal.
- b) Servidores em condições de se aposentar: em levantamento realizado pelo Serviço de Administração de Recursos Humanos (SARH), observou-se que para o próximo quinquênio (2017- 2021), a força de trabalho da FCRB pode estar reduzida em 50 %, ou seja, metade de seu quadro efetivo. Essa situação, ocasionada pelo expressivo número de servidores em plenas condições para solicitar aposentadoria, coloca a instituição em alerta, já que a saída simultânea desses servidores impactaria na continuidade dos trabalhos realizados na FCRB.

5.1.4. Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

Quadro 18 - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade

Unidade Contratante						
Nome: Fundação Casa de Rui Barbosa						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Vigilância Patrimonial (vigilantes desarmados)	CVA – Vigilância e Segurança Ltda. 05.596.910/0001-74	29/10/2015	29/10/2017	Fundamental completo	P
2014	Copeiras, Mensageiros, Operador de copiadora, Recepcionistas bilíngues	ABRADECONT Associação Brasileira de Defesa do Consumidor e Trabalhador 04.213.923/0001-82	05/09/2015	05/09/2017	Médio completo	P
2011	Limpeza (serventes e encarregado)	TOTALGROW Construções e Terceirizações Ltda. 09.209.483/0001-03	12/12/2011	13/12/2017	Fundamental completo	P
2011	Jardinagem (Jardineiro, Chefe de jardinagem e Auxiliares de jardinagem)	NOVA RIO Serviços Gerais Ltda. 29.212.545/0001-43	01/07/2011	01/07/2017	Fundamental completo	P
2013	Manutenção predial (meio oficial e bombeiro eletricitista)	VENTURINI Consultoria Terceirização e Serviços Eireli 08.284.452/0001-54	18/12/2013	18/12/2016	Médio completo	E
2016	Manutenção predial (meio oficial e bombeiro eletricitista)	MIL TECH Soluções Tecnológicas Ltda. 10.891.322/0001-21	18/12/2016	18/12/2017	Médio completo	P
2011	Motoristas	ABRARIO Prestação de Serviços Terceirizados Ltda. 05.231.661/0001-41	01/11/2011	30/06/2016	Médio completo	E
2016	Motoristas	VIGTOM Serviços Técnicos Eireli 10.525.934/0001-09	01/07/2016	25/12/2016	Médio completo	E
2016	Motoristas	ATEC Soluções Corporativas Eireli 08.228.161/0001-49	26/12/2016	01/07/2017	Médio completo	A

Fonte: Contratos Administrativos de Prestação de Serviços Terceirizados, registrados no SIASG/SICON.

Legenda: Ativo Normal (A); Ativo Prorrogado (P); Encerrado (E)

Quadro 19 - Composição do Quadro de Estagiários da FCRB

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	19	16	15	15	94.463,45
1.1 Área Fim	16	13	12	12	76.607,45
1.2 Área Meio	3	3	3	3	17.856,00
2. Nível Médio	0	0	1	3	4.020,00
2.1 Área Fim	0	0	1	1	1.340,00
2.2 Área Meio	0	0	0	2	2.680,00
3. Total (1+2)	19	16	16	18	98.483,45

A política de contratação de estagiários é realizada por meio de agente de integração o Centro de Integração Empresa-Escola – CIEE, no primeiro semestre e a Agência de Integração Empresa Escola – AGIEL, no segundo que presta o suporte operacional à execução do Programa de Estágio da FCRB, respondendo pela seleção dos estudantes. Os critérios para contratação são estabelecidos segundo as necessidades das áreas, correlacionando a formação com as atividades a serem desenvolvidas. Segundo a avaliação das áreas, o resultado foi positivo, pois possibilitou aos estudantes a complementação de ensino e aprendizagem, constituindo-se em importante instrumento de iniciação ao trabalho, aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e relacionamento humano.

Quadro 20 - Evolução da Quantidade e Despesas com Estagiários por Ano

Ano	2013	2014	2015	2016
Quantidade	21	19	19	18
Despesa	108.212,58	105.362,97	118.552,32	98.483,45

Em relação aos anos anteriores, houve uma pequena redução no quantitativo de estagiários e, proporcionalmente, nas despesas, visto a adequação à Orientação Normativa nº 4, de 4 de julho de 2014, do Ministério do Planejamento, que reorganizou os percentuais das vagas de estágio na Administração Pública Federal.

5.2. GESTÃO DO PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA

5.2.1. Gestão da frota de veículos

A Fundação Casa de Rui Barbosa dispõe de três veículos próprios, os quais estão devidamente cadastrados no banco de dados de Gerenciamento do Patrimônio desta Fundação – DBASE e possuem seus respectivos códigos de tombamento e estão de acordo com a Instrução normativa Nº 3 de 15 de maio de 2008.

A frota desta Fundação atende diariamente a diversas atividades técnico-administrativas da Instituição e contribui na economia de tempo para a realização de atividades externas.

Atualmente os três veículos desta Fundação apresentam uma economia no desenvolvimento das atividades, chegando a média de R\$1,89 (um real e oitenta e nove centavos) para cada quilometro rodado, valor que inclui todos os custos de manutenção e combustível. A idade média de uso dos veículos é menor que 10 anos para os veículos do grupo “Serviços Comuns” e de 5 anos para o de “Transporte Institucional” (ver quadro).

Quadro 21 – Idade e Utilização por grupo de veículos

GRUPO	QUANTIDADE	MÉDIA DE KM	IDADE MÉDIA
IV - Serviços Comuns	2	5.838	9 ANOS
III - Transporte Institucional	1	6048	5 ANOS
TOTAL	3	5.943	7 ANOS

A despesa total com a frota da FCRB, no exercício de 2016, foi de R\$ 21.056,84, conforme discriminação a seguir:

Quadro 22 - Despesas por grupo de veículos

GRUPO	QTD	Manutenção	Seguro	Combustível
IV – Serviços Comuns	2	4.076,00	3.452,45	3.262,77
III – Transporte Institucional	1	4.136,00	1.957,25	4.172,37
TOTAL	3	8.212,00	5.409,7	7.435,14

No exercício de 2016 não houve locação de veículos, a frota desta Fundação atende todas as necessidades supramencionadas. Considera-se que a relação custo/benefício para locação de uma frota pequena não é favorável.

A Fundação Casa de Rui Barbosa adota como instrumentos de controle todos os abordados nos anexos da Instrução normativa nº 3, de 15 de maio de 2008, através de processos administrativos internos, que incluem os controles de movimentação (roteiro) dos veículos, controle mensal de combustível, despesa mensal de manutenção e o quadro anual consolidando todos os controles anteriormente mencionados para cada veículo.

5.2.2. Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições

Esta Fundação não possui nenhum veículo inservível ou fora de uso, tendo em vista que a frota tem a idade média de 7 anos de uso e são feitas manutenções anuais.

5.2.3. Gestão do patrimônio imobiliário da União

A Fundação Casa de Rui Barbosa dispõe de seis imóveis de Uso especial da união no estado do Rio de Janeiro no bairro de Botafogo, os quais estão devidamente cadastrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet, possuem seus respectivos Registros Imobiliário Patrimonial – RIP e estão de acordo com a legislação vigente.

Segundo o relatório apresentado pela comissão de reavaliação dos bens imóveis desta Fundação, em 18 de novembro de 2015, todas as informações se encontram atualizadas no SPIUnet e no Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI. Em consulta ao SIAFI e ao SPIUnet foi verificado que o patrimônio imobiliário da União em uso pela FCRB está avaliado em R\$59.336.231,16 (cinquenta e nove milhões, trezentos e trinta e seis mil, duzentos e trinta e um reais e dezesseis centavos).

Todos os imóveis são contíguos e estão situados no município do Rio de Janeiro, na Rua São Clemente 130 e 134 e na Rua Assunção 520, 504, 510 e 518.

O conjunto arquitetônico é formado pelo Museu Casa de Rui Barbosa e seu Jardim (São Clemente, 134); pelo estacionamento (São Clemente, 130); pelo Edifício Sede Américo Jacobina Lacombe (Rua Assunção, 520); e por três casas adquiridas para ampliação da área de guarda de acervo da FCRB (Rua Assunção, 504, 510 e 518). O Museu Casa e o Jardim são tombados pelo IPHAN e estão passando por obras de restauração e revitalização de forma a garantir sua adequada preservação e mitigar riscos de deterioração. O edifício sede se encontra em bom estado de conservação e é objeto de manutenção preventiva e corretiva por meio de serviços contratados a terceiros. As casas anexas da rua Assunção encontram-se em mal estado e, em 2016, foi contratado serviço de demolição dos imóveis para dar lugar a construção de um novo prédio para guarda de acervo.

Em 2016, a despesa de manutenção de imóveis da FCRB, segundo informação extraída do site Tesouro Gerencial (Conta Contábil 339039.16) foi de R\$ 694.746,72.

5.2.4. Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

A FCRB não tem contrato de cessão de espaços físicos e/ou imóveis a órgão público, entidade pública ou privada.

5.2.5. Informações sobre os imóveis locados de terceiros

A Fundação Casa de Rui Barbosa não tem contrato de locação de imóveis de terceiros.

5.3 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

No exercício de 2016, a gestão de TIC da FCRB observou o disposto no PDTI, continuando sua ênfase, nas iniciativas relacionadas aos objetivos estratégicos explicitados no Plano de Ações 2015/2016, especialmente os referentes à digitalização de acervos e acesso aos seus conteúdos pela internet e ao desenvolvimento do Projeto do Mestrado Profissional. Em dezembro de 2016, o PDTI foi prorrogado até 30 de junho de 2017, através da Portaria nº99, de 9 de dezembro de 2016.

A governança de TIC e o alinhamento de seus investimentos com os objetivos estratégicos e a priorização de projetos foram tratados no âmbito do Comitê Interno de Governança da FCRB, que congrega, entre outros, os membros do Comitê Gestor de TI instituído pela Portaria nº 36 de 02 de agosto de 2012 e alterado pela Portaria 101 de 13 de dezembro de 2016 passando a denominar-se Comitê Interno de Governança. Destacam-se como principais decisões: suporte ao projeto de digitalização do Acervo, manutenção da infraestrutura de TIC para o Mestrado Profissional; implementação do processo administrativo eletrônico; aquisição de servidor para o Projeto Memória das Olimpíadas; renovação da contratação de serviços de suporte em 1º e 2º níveis de TIC, garantindo a ampliação da capacidade de atuação da equipe técnica da FCRB e aquisição de softwares e equipamentos para continuidade dos Projetos das áreas meio e fim.

A governança de TIC contou ainda com o apoio das seguintes equipes técnicas: Grupo de Trabalho para tratamento difusão digital dos acervos (Portaria Nº 37, de 22 de junho de 2015); Comitê Gestor de Segurança da Informação, (Portaria Nº 3, de 09 de janeiro de 2015) e foi possível contar também com o Grupo de Trabalho para implantação do processo administrativo eletrônico (Portaria Nº 40, de 10 de maio de 2016).

A FCRB manteve em operação os sistemas descritos abaixo:

Quadro 23 - Sistemas em Operação

Sistema	Objetivos	Funcionalidades	Despesa anual com manutenção	Responsável Técnico	Responsável Negócio	Criticidade (*)
Helpdesk:	Facilitar o atendimento de requisições diversas na área de TIC e Serviços Gerais	Canal direto via WEB Identificação de usuários e responsáveis Geração de relatórios	R\$ 42.785,40	Serviço de Informática	Coordenação Geral de Planejamento e Administração	6 - Média
Patrimônio	Controle do material permanente.	Registro Movimentação Geração de relatórios	Própria	Serviço de Informática	Serviço de Administração e Serviços Gerais	12 - Média
Tramitação de Processos	Cadastrar e acompanhar a movimentação de processos administrativos	Disponível via WEB; localização física por número e assunto; crítica de números de páginas por volume	Própria	Serviço de Informática	Serviço de Arquivo Histórico e Institucional	6 - Média
Almoxarifado	Cadastrar e controlar o estoque de material de consumo	Disponível via WEB; relatórios de entrada e saída; relatório de estoque físico e financeiro	Própria	Serviço de Informática	Serviço de Administração e Serviços Gerais	4 - Baixa
Fotostation	Catalogar e armazenar imagens digitalizadas dos acervos	Disponível via WEB Tratamento de imagens Relatórios gerenciais	R\$ 39.448,12	Serviço de Informática	Serviço de Arquivo Histórico e Institucional	4 - Baixa
Sophia	Facilitar a gestão e organização de documentos	Descrição física e temática; busca por registros e termos livres; relatórios diversos; acesso livre e remoto, via WEB	R\$26.441,82	Serviço de Informática	Centro de Memória e Informação	8 - Média
Comando e Controle	Monitorar a segurança e o de acesso de pessoal, através de catracas, CFTV e sistema de prevenção de incêndio	Gravação de imagens; alerta de sinistros; restrição de acesso a ambientes físicos; cadastro de biometria; relatórios diversos; disponível via WEB	Não há manutenção. Previsão de contratação em 2017	Serviço de Informática	Serviço de Administração e Serviços Gerais e Centro de Memória e Informação	15 - Alta
DSPACE	Gestão de base de dados de documentos digitais referentes a produção intelectual e acervos	Repositório digital; busca direta no texto (OCR); acesso livre e remoto via WEB; relatórios diversos	R\$ 7.500,00	Serviço de Informática	Centro de Memória e Informação	8 - Média

Quadro 24 - Matriz de Probabilidade e Impacto (*)

Sistemas de Informação	Probabilidade de interrupção	Críticidade: Probabilidade X Impacto				
		1	2	3	4	5
Helpdesk	2			6		
Sistema de Patrimônio	4			12		
Sistema de Processos	2			6		
Sistema de Almoarifado	2		4			
Fotostation	2		4			
Sophia	2				8	
Comando e Controle	3					15
Dspace	2				8	
Impacto:		1	2	3	4	5

Os principais processos de gerenciamento de serviços de TIC implementados na FCRB foram:

Quadro 25 - Processos de Gerenciamento

Processo de Gerenciamento	Infraestrutura	Método
Backup	Bacula	Contingenciamento para recuperação de dados
Monitoramento da rede	Zabbix	Análise e resposta a incidentes dos ativos de rede
Sistema para atendimento de usuários	Sistema de Helpdesk	Acompanhamento das solicitações de usuários
Documentação de TIC	GLPI	Documentar procedimentos e ações de TI
Levantamento de ativos de TI (tangíveis e intangíveis)	OCS Inventory	Coleta, por meio de agente nos computadores, das informações de hardware e software.
Previsibilidade para aquisição de novas estações de trabalho	GLPI	Integração com OCS Inventory para importação dos dados coletados pelo agente. Inserção de data de aquisição do ativo de TI e com período de garantia do mesmo.
Ferramenta de Gerenciamento de Projetos de TI	GLPI	Inserção e acompanhamento dos projetos da área de TI.

A FCRB executa internamente as principais operações de TIC sem depender de serviços terceirizados. No entanto, devido aos poucos recursos (pessoal, orçamento e estrutura) disponíveis adotou a estratégia de ter parte de sua infraestrutura hospedada em *data center* contratado. Tal medida foi uma forma de melhorar a disponibilidade dos serviços uma vez que a instituição não detinha os meios necessários para tanto. Apesar de a situação de dependência gerada a partir desse modelo ser menos crítica do que a anterior, implica na necessidade de se planejar a instalação de um *data center* interno capaz de suportar toda a estrutura que a Casa demanda. Assim, o projeto de construção do novo prédio de guarda e tratamento de acervo incluiu essas instalações.

A unidade responsável pela TIC da FCRB é o Serviço de Informática, cuja equipe é composta por 4 servidores do quadro efetivo específico e 1 estagiário.

Foram realizadas em 2016 as seguintes ações de Treinamento:

Quadro 26 - Treinamento em TIC

Curso	Objetivo	Justificativa
Mobile Apps para iOS e Android com HTML5 e PhoneGap_EAD	Preparar os analistas do SINF para a avaliação e vistoria dos sítios da FCRB e fiscalização dos serviços desenvolvidos nos mesmos e capacitação em uma tecnologia mobile para futuros projetos e avaliação dos projetos já desenvolvidos em plataformas mobile.	Existem equipamentos na FCRB que hospedam sítios fundamentais para a Fundação e precisam ser fiscalizados para serem verificados quanto ao seu bom funcionamento, apresentação de erros e para isso os servidores precisam ser capacitados para verificar essas tecnologias usadas em seu
Linux Fundamental s in Cloud	Preparar os analistas do SINF para a administração de servidores LINUX	Existem equipamentos na FCRB que estão com o sistema operacional LINUX e que serão corretamente administrados pelos analistas do SINF a partir do curso supracitado.

5.2.6. Principais sistemas de informações

A FCRB manteve operacionais os seguintes sistemas finalísticos:

Quadro 27 - Sistemas das Áreas Finalísticas

Sistema	Descrição	Manutenção	Despesa anual com manutenção	Risco (Criticidade)	Medidas mitigadoras
Fotostation	Sistema para armazenamento de imagens digitalizadas, com consulta via <i>web</i>	Realizada pela empresa Amplex, revendedora do software	R\$ 39.448,12	4 - Baixa	Aquisição de <i>storage</i> para ampliação de capacidade de armazenamento e de fitas magnéticas para realização de <i>backup</i>
SOPHIA	Sistema de gestão e organização de documentos, com consulta via <i>web</i>	Realizada pela empresa Prima, detentora do software	R\$ 26.441,82	8 - Média	Realização de <i>backup</i> periódico, manutenção permanente do <i>firewall</i> , aquisição de gerador e estudo de instalação de <i>data center</i> interno.
DSPACE	Sistema de gestão de base de dados de documentos digitais referentes a produção intelectual e acervos, com consulta via <i>web</i>	Realizada pela empresa Voyager em 2016.	R\$ 7.500,00	8 - Média	Realização de <i>backup</i> periódico e manutenção permanente do <i>firewall</i> , previsão de instalação do mesmo no DataCenter.

5.2.7. Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação –PDTI

O objetivo do PDTI 2013 – 2015, prorrogado até junho de 2017, foi estabelecer o planejamento da área de TIC, identificando os serviços e realizando a gestão e execução conforme o planejado. Esse processo precisa ser revisto anualmente, avaliando os resultados, revisando o planejamento e aprimorando o PDTI, alinhado ao planejamento estratégico do órgão. Nesse sentido, foram identificadas várias demandas estratégicas, especialmente as relacionadas à digitalização de acervos e acesso aos seus conteúdos através da página web da instituição. O alinhamento do Plano Diretor de Tecnologia da Informação com o plano estratégico de ações da Fundação Casa de Rui Barbosa foi um fator primordial para que as ações descritas no PDTI pudessem ser implementadas, visando o atendimento das metas. Os Princípios e Diretrizes foram obtidos através da consulta aos documentos de planejamento da FCRB.

Quadro 28 - Princípios e Diretrizes

Id	Princípios/Diretriz	Origem
A1	Alinhamento da TI com as estratégias da FCRB.	Consulta aos documentos de planejamento da FCRB
A2	Segurança da Informação	Consulta a todas as Áreas
A3	Conformidade com as Instruções Normativas e Leis da Administração Pública Federal (APF)	Entrevista com a Coordenação de Planejamento/CGPA
A4	Interoperabilidade de sistemas com APF (E-Ping)	Documento do E-PING Governo Federal
A5	Garantir a qualidade e eficiência para os serviços de TIC	Entrevista com o Serviço de Informática/CGPA

Seguindo o Plano de Ação 2015/2016, manteve-se a orientação do Comitê Interno de Governança da FCRB, no sentido de priorizar as iniciativas do PDTI que impactavam na realização das metas e objetivos do Plano, especialmente os relacionados à digitalização do acervo (Repositório Rui Barbosa - RUBI) e ao projeto Memórias da Olimpíadas. Assim, foram realizados os seguintes projetos de TIC no período, em alinhamento com o Plano de Ação e o PDTI:

- a) Renovação do parque computacional - Compra de 27 estações de trabalho - R\$ 125.280,00. Concluído em dezembro de 2016 – ID 10 do Subitem 4.1. Necessidades de TI do Item 4. Diagnóstico do PDTI 2013-2015
- b) Aquisição de 1 (um) servidor de rede para contemplar o projeto Memória das Olimpíadas - R\$ 97.500,00. Concluído em agosto de 2016 – ID 10 do Subitem 4.1. Necessidades de TI do Item 4. Diagnóstico do PDTI 2013-2015
- c) Aquisição de equipamentos de informática para realização de projetos das áreas meio fim – R\$ 56.555,64 - Concluído em dezembro de 2016; – ID 10 do Subitem 4.1. Necessidades de TI do Item 4. Diagnóstico do PDTI 2013-2015
- d) Aquisição de softwares para os projetos da área fim e antivírus para o parque computacional – R\$ 125.555,00 - Concluído em dezembro de 2016 – ID 17 do Subitem 4.1. Necessidades de TI do Item 4. Diagnóstico do PDTI 2013-2015
- e) Participação na implantação do Processo Eletrônico Nacional. Previsão de conclusão: outubro de 2017. Sem custos. – ID 20 do Subitem 4.1.

- Necessidades de TI do Item 4. Diagnóstico do PDTI 2013-2015 – Autenticação pelo serviço de diretório do Windows Server 2003.
- f) Elaboração do Projeto WIFI – R\$19.859,20. Concluído em julho de 2016;
 - g) Participação no Programa Qualidade de Vida da FCRB – Sem custos
 - h) Instalação e configuração de um servidor para o projeto memória das Olimpíadas – sem custos;
 - i) Instalação e configuração dos servidores de virtualização – sem custos;
 - j) Instalação e configuração dos *storages* e disponibilização de alto volume de armazenamento para o projeto de digitalização da área fim da FCRB – sem custos;
 - k) Acompanhamento do projeto repositório digital para armazenamento de acervos, obras e publicações da FCRB, utilizando o sistema Dspace – ID 15 do Subitem 4.1. Necessidades de TI do Item 4. Diagnóstico do PDTI 2013-2015
 - l) Instalação e configuração do Lync na Procuradoria Federal - ID 22 do Subitem 4.1. Necessidades de TI do Item 4. Diagnóstico do PDTI 2013-2015
 - m) Elaboração e implementação da Política de Backup da FCRB - ID 23 do Subitem 4.1. Necessidades de TI do Item 4. Diagnóstico do PDTI 2013-2015
 - n) Implementação do software livre denominado “OCS Inventory” para coleta, por meio de agente instalado nos computadores” dos itens de hardware e software - ID 27 do Subitem 4.1. Necessidades de TI do Item 4. Diagnóstico do PDTI 2013-2015
 - o) Implementação do software livre denominado “GLPI” com as seguintes finalidades:
 1. Integração com OCS Inventory para importação dos dados coletados pelo agente.
 2. Inserção de data de aquisição do ativo de TI e com período de garantia do mesmo.
 3. Inserção e acompanhamento dos projetos da área de TI.
 4. Implementação de HelpDesk com funcionalidades mais eficientes.
 5. Documentar procedimentos e ações de TI.
- ID 10 / 24 / 25 / 26 / 27 do Subitem 4.1. Necessidades de TI do Item 4. Diagnóstico do PDTI 2013-2015

5.3. GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

A política de sustentabilidade da FCRB baseia-se no trinômio: reduzir, reutilizar e reciclar. Assim, ao longo de todo o exercício, foram colocadas em prática inúmeras medidas para redução do consumo de energia na Fundação Casa de Rui Barbosa, entre elas o funcionamento alternado dos dois elevadores do edifício sede. O Sistema de Condicionamento Central de Ar passou a ser ligado em horários especiais, para economia de energia, permanecendo desligado sempre que a temperatura ambiente o permite. A iluminação de todas as dependências da FCRB é desligada às 20h, salvo em dias em que estejam ocorrendo eventos ou por solicitação das diretorias.

Foi adquirido, em dezembro de 2016, um gerador de energia para atender a Fundação nos horários de ponta, quando as tarifas são mais altas, e para garantia de fornecimento de energia em casos de interrupção dos serviços pela concessionária, além de em caso de paralisações realizadas para manutenção das instalações.

A FCRB manteve em 2016 a iniciativa de segregar papel próximo às impressoras e copiadoras localizadas dentro dos setores e nas áreas comuns (corredores). Para tal, são reutilizadas caixas usadas para armazenamento de resmas de papel como coletores de folhas de impressão. Os papéis depositados nas papeleiras são reutilizados como matéria prima para a confecção de blocos de anotação, aproveitando seu verso.

Em 2016, a FCRB deu continuidade à implementação do Programa de Coleta Seletiva Solidária. Foi feito contato com diversas cooperativas ao longo do mês de março de 2016 e foi elaborada minuta de Edital de Chamamento Público das Cooperativas ou Associações de Catadores. Durante o exercício de 2016 os resíduos recicláveis ainda estavam sendo encaminhados ao Ecoponto da Light. Porém, no segundo semestre do referido ano, através de acordo com o Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, órgão da administração pública federal, o resíduo passou a ser entregue nas dependências dessa instituição, a qual já conta com a Coleta Seletiva Solidária conforme Decreto nº 5.940 de 25 de outubro de 2006.

As lixeiras para a coleta seletiva solidária foram recebidas pela FCRB em 2016, bem como os *containers* para acondicionamento dos resíduos recicláveis. Optou-se pelo modelo de lixeiras com divisão em dois tipos de resíduos: reciclável e não reciclável, cuja instalação iniciou-se pelas áreas comuns do Edifício Sede. As lixeiras coletivas da área do Jardim Histórico foram instaladas durante a execução das obras de revitalização desse espaço. No exercício de 2016, foram ainda adquiridas as lixeiras de coleta seletiva para serem utilizadas nas salas de escritório dos servidores.

A Fundação Casa de Rui Barbosa não participa formalmente da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), embora implemente ações relacionadas. Está sendo estudada a implantação do Programa Esplanada Sustentável, porém, ainda sem a nomeação da Comissão Gestora do Plano de Gestão e Logística Sustentável, na forma do artigo 6º da IN SLTI/MPOG 10. Porém, desde 2014, foram designados dois representantes da FCRB para atuarem como Líderes junto ao Comitê Interno do Projeto Esplanada Sustentável CIPES. Através de acesso ao CIPES, foram informadas as despesas com energia elétrica e consumo de água da Fundação.

5.3.1. Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

A FCRB observa os parâmetros de sustentabilidade estabelecidos no Decreto 7746/2012, sempre que pertinente. Também a IN nº 02, de 04 de junho de 2014, foi observada nas aquisições de máquinas e aparelhos consumidores de energia, bem como a exigência de obtenção da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE) nos projetos e respectivas edificações novas ou que recebam *retrofit*.

Em novembro de 2016, três servidoras foram designadas para realizarem curso de “Licitações e Compras Sustentáveis”, realizados no IDEMP, onde foram apresentados os critérios socioambientais nos procedimentos de aquisição de bens, serviços e obras, de forma a capacitar esses servidores sobre os aspectos jurídicos e procedimentais de licitações e contratos administrativos que devam levar em consideração essas premissas de sustentabilidade.

6. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

6.1. CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO

A FCRB dispõe de alguns canais de interação com a sociedade no sentido de fornecer dados autênticos sobre suas práticas. As informações institucionais estão disponíveis na página na internet da Fundação, a fim de assegurar ao cidadão a facilidade de acesso. Para atuar com maior transparência, divulgamos ainda em nosso site, além do conjunto de dados obrigatórios na seção “acesso à informação”, outros dados de interesse público por iniciativa própria.

Para fins de solicitações, reclamações, denúncias ou sugestões, existem duas ferramentas de atendimento: “entre em contato” disponível no site <http://www.casaruibarbosa.gov.br/> e o Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC) com ícone na página principal da instituição. Ademais, existe o atendimento às solicitações de pesquisa ao acervo bibliográfico e arquivístico da FCRB a ser realizado diretamente na sala de consulta do edifício sede da Fundação, que podem ser agendadas pelo telefone (21) 3289-8666 ou pelo e-mail consulta.acervo@rb.gov.br, A comunicação governamental da FCRB abarca ainda as mídias sociais (*facebook, twitter, instagran e youtube*).

Observou-se que no ano de 2016 não houve atendimento presencial em relação ao pedido de acesso à informação (e-SIC) e ainda se nota um aumento no número de contatos através das redes sociais, reflexo do avanço e popularização da internet e das mídias sociais no país. Ao longo do ano não houve mudança em nenhum procedimento decorrente das informações disponibilizadas nos canais de acesso.

Quadro 29 - Contatos por Canais de Acesso

Canais	Descrição	Solicitações/ Contatos em 2016
Sistema de Informação ao Cidadão - SIC	Decorrente da Lei de Acesso à Informação, nº 12.527, de 18/11/2011. O atendimento ao cidadão pode ser feito pessoalmente junto ao Arquivo Histórico e Institucional, no 1º andar da sede da FCRB, de segunda a sexta-feira, das 10h30 às 17h, ou por telefone (21) 3289-4653, e-mail: sic@rb.gov.br , ou pelo Sistema Eletrônico do SIC, o e-SIC. No site da FCRB ficam disponíveis os formulários para solicitação de informação, para reclamação ou para recurso.	15
Entre em Contato	<i>Link</i> na página da FCRB na internet, organizado por cinco áreas de interesse, por meio do qual o usuário pode encaminhar sua mensagem eletrônica. Na página, consta ainda o telefone geral da FCRB.	89
Rede Sociais	A FCRB mantém perfis atualizados nas redes sociais <i>facebook, twitter, instagran e youtube</i> e em <i>blogs</i> temáticos, pelos quais recebe mensagens <i>inbox</i> e comentários.	150

6.2. AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS

Foram aplicados questionários para acompanhamento de satisfação, bem como identificação dos interesses, demandas e perfis dos usuários do arquivo e das bibliotecas. Excepcionalmente no ano de 2016, o Museu Casa de Rui Barbosa não aplicou pesquisa aos visitantes, tendo em vista o fechamento do mesmo, em função das obras do jardim e fachada.

O levantamento no Arquivo Museu de Literatura Brasileira (AMLB) registrou 99 pesquisadores que consultaram 952 dossiês. Em relação ao Serviço de Biblioteca (BIB), foram 312 usuários, incluindo os atendimentos presenciais e remotos, consultando 1.303 obras, com 355 empréstimos. O tipo documental mais pesquisado foi o periódico (62%), seguido dos livros (22%). Em relação às instalações da Biblioteca, 64,89% dos usuários as consideraram ótimas, 2,13% boas, 1,06% regulares e 31,91% não opinaram. Em relação ao atendimento, 61,86% dos usuários o considerou ótimo, 5,15% bom e 32,99% não opinaram. No Serviço de Arquivo Histórico Institucional (SAHI), foram atendidos 103 usuários presenciais que movimentaram 7.585 dossiês e/ou itens documentais. Diferentemente dos últimos dos anos, o fundo institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa despontou como o mais consultado no ano (40%), seguido do fundo arquivístico de Rui Barbosa (36%). O fundo arquivo de Rui Barbosa deixou de ocupar o primeiro lugar de acesso por conta do trabalho contínuo de digitalização, exigindo cada vez menos a presença física do usuário e seu conseqüente agendamento.

Gráfico 2- Documentos consultados no Arquivo Histórico e Institucional

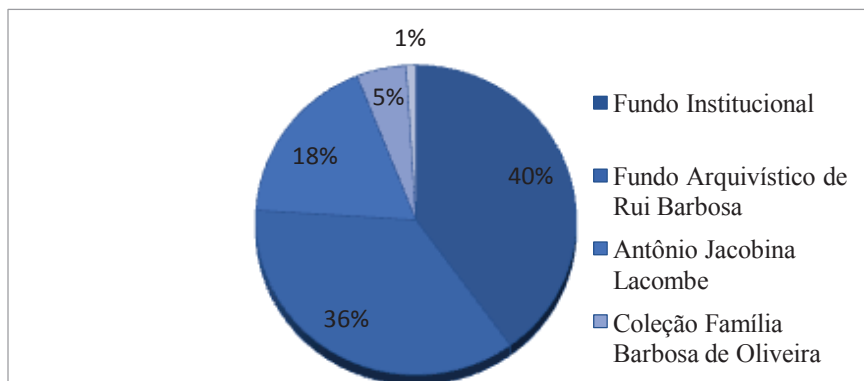
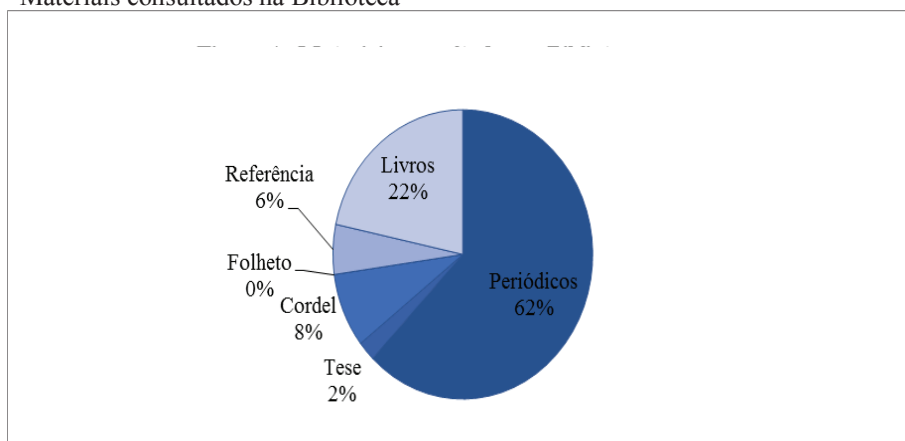


Gráfico 3 - Materiais consultados na Biblioteca



6.3. MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE

Na página da internet da FCRB está disponibilizado o *link* “Acesso à Informação”, cujo conteúdo abrange informações relevantes para a sociedade em prol de uma gestão transparente. Nesse link, é possível acessar explicação sobre a Lei de Acesso à Informação, nº 12.527 de 18/11/2011 e o funcionamento do SIC na FCRB, com os formulários de solicitação de informação. Além disso, estão disponíveis a Carta de

Serviços ao Cidadão, dados sobre a instituição; programas e ações, projetos e atividades; relatórios de gestão; licitações e contratos, entre outros.

6.4. MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES

A FCRB tem se mobilizado em atender às demandas de acessibilidades a fim de garantir o acesso aos portadores de deficiência às suas instalações. Neste sentido, foram implantadas nos últimos anos diversas facilidades, tais como: elevadores no edifício sede com teclas em braile e aparelhados com digivox (para comunicação com deficientes visuais); banheiros adaptados; área reservada para cadeirantes no auditório; vagas para deficientes no estacionamento; cinco cadeiras de rodas para uso do público, tanto para o Museu quanto para o Edifício-Sede.

O Museu Casa de Rui Barbosa é tombado pelo IPHAN e segue as orientações do Instituto. Em 2016, foi elaborado um projeto para a instalação de um elevador na área externa, para dar acesso a cadeirantes, idosos e demais públicos com mobilidade reduzida. Recentemente, o IPHAN se manifestou positivamente ao projeto da plataforma elevatória, contudo recomendou que o elevador fosse instalado na parte interna do Museu. Dessa forma, serão feitos novos estudos com o objetivo de superação de barreiras, devendo estar compatíveis com a preservação e a promoção da acessibilidade ao bem cultural.

Em março de 2016, a Comissão de Qualidade de Vida realizou uma pesquisa com portadores de necessidades especiais e pessoas que acompanham algum familiar deficiente. Através da aplicação de um questionário foram levantadas sugestões importantes que apontaram as necessidades desse público. A FCRB já adotou algumas medidas, como por exemplo, a aquisição de aparelhos telefônicos especiais para portadores de deficiência auditiva.

A temática acessibilidade em museus tem sido algo discutido na FCRB no campo da ciência da informação. Ademais, no mês de outubro de 2016, o Museu Casa de Rui Barbosa promoveu o II Encontro Brasileiro de Museus Casas: acessibilidade em múltiplos contextos. Para a realização do evento, foram contratados os serviços relacionados:

- a) Produção de Recursos Acessíveis, incluindo Transcrição e impressão em Braile;
- b) Interpretação, Tradução: Português-Libras / Libras-Português;
- c) Audiodescrição (destinado às pessoas com deficiência visual).

7. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

7.1. DESEMPENHO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO

No ano de 2016, em relação ao ano de 2015, a FCRB não encontrou restrições frequentes na liberação de recursos. O fluxo financeiro foi praticamente de pagamento imediato, seguindo o cronograma de despesas mensais apresentado ao MinC. Observou-se apenas, durante a transição presidencial, uma maior demora nos repasses financeiros. Já no que se refere às transferências dos recursos oriundos do Fundo Nacional de Cultura – FNC e dos créditos extraordinários (Projeto de Memória dos Jogos Olímpicos de 2016) foram necessárias articulações mais intensas com o Ministério da Cultura para suas efetivações.

7.2. TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIÇÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS

A FCRB utilizou em 2016 as disposições contidas na Macrofunção 02.03.30 para dar o tratamento de depreciação, amortização e exaustão adequado aos seus bens patrimoniais, assim como a determinação da vida útil de cada bem conforme tabela específica. A Macrofunção supramencionada tem como base legal diversos dispositivos, tais como a lei nº 4.320/64, a lei nº 10.180/2011 e as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC T 16.1 a 16.11). Foram aplicados os dispositivos e utilizado os critérios contidos nas NBC T 16.9 e 16.10, onde observaram-se resultados próximos ao valor de mercado.

A metodologia utilizada para cálculo da depreciação, amortização e exaustão é o Método das Quotas Constantes. Não é utilizado nenhum tipo de taxa, mas sim o tempo estimado de vida útil mensal de cada bem conforme manual e para aplicar a reavaliação dos bens, realizou-se consulta ao mercado através de sites e e-mails.

7.3. SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA UNIDADE

A apuração de custos da FCRB para atingimento de seus objetivos estratégicos é feita ainda de forma centralizada em apenas uma Unidade Gestora - UG. A única situação em que os custos são apurados por Unidade Gestora Responsável -UGR é a que se refere às despesas com diárias e passagens, por exigência do sistema específico. Assim, a FCRB não utiliza o Sistema de Informação de Custos – SIC. Entre as razões para não implantação de uma sistemática de apuração descentralizada de custos, pode ser citada a insuficiência de servidores, de capacitação específica, de estrutura organizacional e, especialmente, a cultura institucional.

7.4. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS

Toda a execução orçamentária, financeira e patrimonial da Fundação Casa de Rui Barbosa é realizada no Sistema SIAFI. Portanto, os demonstrativos contábeis exigidos pela Lei 4.320/64 são extraídos inteiramente desse sistema, sem nenhuma possibilidade de confecção manual por parte deste órgão.

Na Fundação Casa de Rui Barbosa, os requisitos de reconhecimento e mensuração de ativos e passivos estão sendo aplicados de acordo com as orientações emitidas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), que estão em consonância com os padrões internacionais de contabilidade.

Cabe informar ainda que, seguindo a implantação das novas práticas determinadas pela STN, a partir do ano de 2010 a Fundação Casa de Rui Barbosa passou a contabilizar a depreciação, juntamente com o registro da reavaliação e a redução a valor recuperável dos bens móveis adquiridos quando do atingimento da sua vida útil. Em junho de 2016, passou a contabilizar a amortização dos bens intangíveis.

Os quadros com as demonstrações contábeis (balanço financeiro, balanço patrimonial, balanço orçamentário, demonstrações das variações patrimoniais e demonstrações dos fluxos de caixa) foram anexados ao presente relatório em “Anexos e Apêndices”.

8. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

8.1. TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

Esta Fundação conta com uma Auditora Interna para o acompanhamento do andamento das implementações das deliberações do TCU. Não existe na FCRB sistema informatizado para este procedimento.

No exercício de referência o foram expedidas, pelo TCU, três determinações à FCRB, por meio Ofício 1477/2016-TCU/SECEX-RJ, de 27/5/2016 – ACÓRDÃO N° 6206/2016 - TCU - 2ª Câmara, referente ao julgamento das contas do exercício de 2014. Destas três determinações, resta apenas uma pendente de implementação, conforme quadro a seguir:

Quadro 30 - Caracterização da determinação/recomendação do TCU

Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
Processo TC-026.270/2015-3	ACÓRDÃO N° 6206/2016 - TCU - 2ª Câmara	1.7.1	Ofício 1477/2016-TCU/SECEX-RJ, de 27/5/2016	
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA				
Descrição da determinação/recomendação				
1.7.1. ausência de indicadores de desempenho para a avaliação da gestão da FCRB, o que afronta o disposto nos arts. 3º, 4º, caput, e 13, inciso II, da Instrução Normativa TCU nº 63/2010 c/c a decisão normativa pertinente, e especificamente, o item 5.4 do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 134/2013, que dispõe sobre a organização do relatório de gestão referente ao exercício de 2014;				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Conforme o Ofício nº 222/2016/DE/FCRB, de 15/08/2016, para a SECEX-RJ, a FCRB justificou que o processo de elaboração dos indicadores de desempenho se encontrava em fase inicial. Está planejada para o primeiro semestre de 2017 a contratação de curso específico de capacitação de servidores sobre a matéria, motivo pelo qual a FCRB ainda não implantou um modelo formal de indicadores de desempenho por meio de norma interna. No entanto, em 2016, a FCRB, por intermédio de seu comitê interno de governança, orientou o acompanhamento de seu plano de ações a partir das metas e indicadores ainda informais.				

8.2. TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

Esta Fundação, ao tomar ciência das recomendações expedidas pelo Órgão de Controle Interno - OCI, as distribui internamente para que as áreas competentes tomem as providências necessárias para o seu devido cumprimento.

A Auditoria Interna acompanha o andamento das implementações, levando-o ao conhecimento dos dirigentes para as decisões necessárias, por meio do Plano de Providências Permanente – PPP, para posterior informação ao OCI. Não existe na FCRB sistema informatizado para este procedimento.

No exercício de 2016 a FCRB não recebeu nenhuma recomendação do OCI.

Das recomendações expedidas em exercícios anteriores, restam somente quatro em processo de implementação, com atualizações sistemáticas no Sistema Monitor da CGU.

8.3. MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA A APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANO AO ERÁRIO

Na Fundação Casa de Rui Barbosa não houve casos de danos ao Erário no exercício de 2016.

Conforme já informado na Seção Governança deste Relatório, os processos de apuração de responsabilidade ocorrem por meio da nomeação de servidores, de diversos setores, aptos a participarem das respectivas comissões apuratórias. Uma vez instaurados os procedimentos apuratórios e concluídos os trabalhos de cada Comissão, os processos são encaminhados à decisão do Presidente da instituição.

Quanto à minimização de ocorrência de ilícitos administrativos de uma maneira geral, a FCRB procura realizar seus controles internos de acordo com a legislação e normativas que regem a administração pública federal, inclusive contando com as áreas de controle (Procuradoria Federal e Auditor Interno) para o assessoramento, no intuito de garantir a confiabilidade das informações financeiras produzidas pela instituição e conferir segurança aos processos administrativos, aos relatórios e a todos os procedimentos da instituição.

8.4. DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DE OBRIGAÇÕES COM O DISPOSTO NO ART. 5º DA LEI 8.666/1993

A Fundação Casa de Rui Barbosa observa a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, de acordo com os termos do Art. 5º da lei nº 8.666/1993, obedecendo ao cronograma de pagamento das obrigações contraídas em decorrência da contratação de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços.

Os prazos para pagamento dos compromissos são fixados nos Editais de licitações, observando o contido na legislação:

- 1) Para despesas até R\$ 8.000,00, de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, o prazo é de até 05 (cinco) dias úteis contados da apresentação da fatura, com base no § 3º do Art.5º da Lei 8.666/93;
- 2) Para despesas com valor superior a R\$ 8.000,00 o prazo é de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela, com base na alínea “a” do Inciso XIV do Art. 40 da Lei 8.666/93.

O controle do cronograma de pagamento é feito através de planilha de programação financeira do órgão para o exercício, detalhada mês a mês, contendo natureza de despesa/objeto, nome do fornecedor e valor do pagamento. Essas informações são repassadas ao Ministério da Cultura, responsável pela liberação da cota financeira para atender aos pagamentos.

A cada mês é formalizada ao MinC, através do Sistema SIAFI, a PF – Programação Financeira dos pagamentos dos compromissos previstos para liquidação naquele período.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 30/01/2017 PAGINA 1

SUBTÍTULO 344001 - FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA

ÓRGÃO SUPERIOR 20403 - FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Receitas Orçamentárias	16.339,02	112.276,38	Despesas Orçamentárias	45.873.419,95	43.589.538,21
Ordinárias	7.888,26	49.413,69	Ordinárias	39.523.015,37	34.423.905,27
Vinculadas	8.450,76	62.862,69	Vinculadas	6.350.404,58	9.165.632,94
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	8.450,76	62.862,69	Educação	2.180,00	
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Seguridade Social (Exceto RGPS)	5.617.593,49	4.587.943,17
			Operação de Crédito		3.798.907,17
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	1.774,25	7.432,60
			Outros Recursos Vinculados a Fundos	728.856,84	771.350,00
Transferências Financeiras Recebidas	45.877.740,98	43.244.583,37	Transferências Financeiras Concedidas	19.388,26	63.058,69
Resultantes da Execução Orçamentária	43.506.881,03	41.056.005,07	Resultantes da Execução Orçamentária	11.500,00	13.645,00
Repasse Recebido	43.506.881,03	41.056.005,07	Repasse Concedido	11.500,00	13.645,00
Independentes da Execução Orçamentária	2.370.859,95	2.188.578,30	Independentes da Execução Orçamentária	7.888,26	49.413,69
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	2.370.859,95	2.188.578,30	Movimento de Saldos Patrimoniais	7.888,26	49.413,69
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	2.566.530,65	2.763.491,55	Despesas Extraorçamentárias	2.336.720,68	2.482.878,02
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	15.970,00	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	15.970,00	135.010,00
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	2.547.901,21	2.716.263,56	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	2.302.017,70	2.311.924,31
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	18.629,44	3.028,55	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	18.732,98	35.943,71
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	28.229,44	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Demais Recebimentos		28.229,44			
Saldo do Exercício Anterior	443.137,29	458.260,91	Saldo para o Exercício Seguinte	674.219,05	443.137,29
Caixa e Equivalentes de Caixa	443.137,29	458.260,91	Caixa e Equivalentes de Caixa	674.219,05	443.137,29
TOTAL	48.903.747,94	46.578.612,21	TOTAL	48.903.747,94	46.578.612,21



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 30/01/2017 PAGINA 1

SUBTÍTULO 344001 - FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA

ORGAO SUPERIOR 20403 - FUNDACAO CASA DE RUI BARBOSA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	62.627,00	62.627,00	16.339,02	-46.287,98
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	16.175,00	16.175,00	8.450,76	-7.724,24
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	16.175,00	16.175,00	8.450,76	-7.724,24
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	46.452,00	46.452,00	7.888,26	-38.563,74
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	46.452,00	46.452,00	-	-46.452,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	7.888,26	7.888,26
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	2.188,00	2.188,00	-	-2.188,00
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	2.188,00	2.188,00	-	-2.188,00
Alienação de Bens Móveis	2.188,00	2.188,00	-	-2.188,00
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 30/01/2017 PAGINA 2

SUBTÍTULO 344001 - FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA

ORGAO SUPERIOR 20403 - FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	64.815,00	64.815,00	16.339,02	-48.475,98
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	64.815,00	64.815,00	16.339,02	-48.475,98
DÉFICIT			45.857.080,93	45.857.080,93
TOTAL	64.815,00	64.815,00	45.873.419,95	45.808.604,95
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	43.477.677,00	45.546.019,00	44.834.575,74	43.083.307,62	43.083.307,62	711.443,26
Pessoal e Encargos Sociais	35.429.175,00	37.450.737,00	35.742.514,23	35.742.514,23	35.742.514,23	1.708.222,77
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	8.048.502,00	8.095.282,00	9.092.061,51	7.340.793,39	7.340.793,39	-996.779,51
DESPESAS DE CAPITAL	875.171,00	875.171,00	1.038.844,21	242.211,12	242.211,12	-163.673,21
Investimentos	871.323,00	871.323,00	1.035.804,21	239.171,12	239.171,12	-164.481,21
Inversões Financeiras	3.848,00	3.848,00	3.040,00	3.040,00	3.040,00	808,00
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	44.352.848,00	46.421.190,00	45.873.419,95	43.325.518,74	43.325.518,74	547.770,05
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 30/01/2017 PAGINA 3

SUBTÍTULO 344001 - FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA

ORGAO SUPERIOR 20403 - FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	44.352.848,00	46.421.190,00	45.873.419,95	43.325.518,74	43.325.518,74	547.770,05
TOTAL	44.352.848,00	46.421.190,00	45.873.419,95	43.325.518,74	43.325.518,74	547.770,05

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	342.774,31	2.067.035,82	1.652.789,97	1.652.789,97	220.137,29	536.882,87
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	342.774,31	2.067.035,82	1.652.789,97	1.652.789,97	220.137,29	536.882,87
DESPESAS DE CAPITAL	-	649.227,74	649.227,73	649.227,73	0,01	-
Investimentos	-	649.227,74	649.227,73	649.227,73	0,01	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	342.774,31	2.716.263,56	2.302.017,70	2.302.017,70	220.137,30	536.882,87

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	12.490,00	12.490,00	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	12.490,00	12.490,00	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	3.480,00	3.480,00	-	-
Investimentos	-	3.480,00	3.480,00	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	15.970,00	15.970,00	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

EMISSION 30/01/2017	PÁGINA 1
------------------------	-------------

SUBTÍTULO	344001 - FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA
-----------	---------------------------------------

ORGAO SUPERIOR	20403 - FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA
----------------	--------------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO CIRCULANTE	1.295.418,95	987.150,81	PASSIVO CIRCULANTE	28.832,08	47.531,02
Caixa e Equivalentes de Caixa	674.219,05	443.137,29	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	-	-
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	311.262,41	276.986,60	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	706,18	19.301,58
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	309.937,49	267.026,92	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Provisões de Curto Prazo	-	-
			Demais Obrigações a Curto Prazo	28.125,90	28.229,44
ATIVO NÃO CIRCULANTE	63.158.138,20	62.872.790,16	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	5.701,57	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	5.701,57	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Provisões de Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Resultado Diferido	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	28.832,08	47.531,02
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPSS	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-			
Imobilizado	62.920.975,37	62.664.401,97			
Bens Móveis	3.601.917,79	3.328.456,21			
Bens Móveis	4.965.433,55	4.181.948,41			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-1.363.515,76	-853.492,20			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-			
Bens Imóveis	59.319.057,58	59.335.945,76			
Bens Imóveis	59.336.231,16	59.336.231,16			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-17.173,58	-285,40			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	231.461,26	208.388,19			
Softwares	231.461,26	208.388,19			
Softwares	335.033,15	208.388,19			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-103.571,89	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	64.424.725,07	63.812.409,95



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 30/01/2017 PAGINA 2

SUBTÍTULO 344001 - FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA

ÓRGÃO SUPERIOR 20403 - FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat. Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	64.453.557,15	63.859.940,97	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	64.453.557,15	63.859.940,97

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO FINANCEIRO	674.219,05	446.705,91	PASSIVO FINANCEIRO	3.112.909,98	3.103.237,31
ATIVO PERMANENTE	63.779.338,10	63.413.235,06	PASSIVO PERMANENTE	-	-
			SALDO PATRIMONIAL	61.340.647,17	60.756.703,66

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	3.326.009,00	1.989.996,68	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	1.377.856,83	1.233.897,14
Execução dos Atos Potenciais Ativos	3.326.009,00	1.989.996,68	Execução dos Atos Potenciais Passivos	1.377.856,83	1.233.897,14
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	282.359,97	284.465,60	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	3.043.649,03	1.705.531,08	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	1.377.856,83	1.233.897,14
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	3.326.009,00	1.989.996,68	TOTAL	1.377.856,83	1.233.897,14

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-1.591.872,63
Recursos Vinculados	-846.818,30
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	170.105,62
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-1.016.923,92
TOTAL	-2.438.690,93



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	344001 - FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA
-----------	---------------------------------------

ÓRGÃO SUPERIOR	20403 - FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA
----------------	--------------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	45.903.732,92	49.390.677,30
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	8.450,76	16.152,90
Venda de Mercadorias	2.653,50	4.937,00
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	5.797,26	11.215,90
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	5.308,94	5.710,08
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	5.308,94	5.710,08
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	45.877.740,98	43.253.840,07
Transferências Intragovernamentais	45.877.740,98	43.244.583,37
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	9.256,70
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	4.343,98	6.069.194,00
Reavaliação de Ativos	1.090,00	4.933.794,01
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	628,58	200,00
Ganhos com Desincorporação de Passivos	2.625,40	1.135.199,99
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	7.888,26	45.780,25
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	344001 - FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA
-----------	---------------------------------------

ORGAO SUPERIOR	20403 - FUNDACAO CASA DE RUI BARBOSA
----------------	--------------------------------------

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	7.888,26	45.780,25
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	45.226.526,59	46.789.065,42
Pessoal e Encargos	23.419.273,07	22.296.817,53
Remuneração a Pessoal	18.915.044,28	18.071.406,45
Encargos Patronais	3.494.638,56	3.390.710,10
Benefícios a Pessoal	1.009.590,23	834.700,98
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	13.326.652,19	12.944.063,94
Aposentadorias e Reformas	11.921.265,61	11.559.132,42
Pensões	1.397.659,91	1.372.168,08
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	7.726,67	12.763,44
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	7.392.452,25	7.440.878,29
Uso de Material de Consumo	274.943,42	105.305,27
Serviços	6.551.916,41	6.892.566,26
Depreciação, Amortização e Exaustão	565.592,42	443.006,76
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	23.101,99	63.058,69
Transferências Intragovernamentais	19.388,26	63.058,69
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	3.713,73	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	1.090,00	3.325.790,36
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	1.090,00	-
Perdas com Alienação	-	37.214,58
Perdas Involuntárias	-	19.263,04
Incorporação de Passivos	-	10.141,70
Desincorporação de Ativos	-	3.259.171,04



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

EMISSÃO 30/01/2017	PÁGINA 3
-----------------------	-------------

SUBTÍTULO	344001 - FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA
-----------	---------------------------------------

ÓRGÃO SUPERIOR	20403 - FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA
----------------	--------------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
Tributárias	5.303,53	3.934,64
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	4.210,41	3.934,64
Contribuições	1.093,12	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	1.058.653,56	714.521,97
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	1.010.009,66	646.240,00
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	48.643,90	68.281,97
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	677.206,33	2.601.611,88

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2016	2015



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

SUBTÍTULO	344001 - FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA
-----------	---------------------------------------

ÓRGÃO SUPERIOR	20403 - FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA
----------------	--------------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	1.126.000,61	185.125,29
INGRESSOS	45.912.709,44	43.386.059,74
Receitas Derivadas e Originárias	16.339,02	110.218,38
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	8.450,76	16.152,90
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	7.888,26	94.065,48
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	45.896.370,42	43.275.841,36
Ingressos Extraorçamentários	18.629,44	3.028,55
Transferências Financeiras Recebidas	45.877.740,98	43.244.583,37
Demais Recebimentos	-	28.229,44
DESEMBOLSOS	-44.786.708,83	-43.200.934,45
Pessoal e Demais Despesas	-41.255.612,87	-39.720.391,39
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-14.457.051,02	-14.002.347,99
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-2.180,00	-
Cultura	-26.796.381,85	-25.718.043,40
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

EMISSION 30/01/2017	PÁGINA 2
------------------------	-------------

SUBTÍTULO	344001 - FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA
-----------	---------------------------------------

ORGAO SUPERIOR	20403 - FUNDACAO CASA DE RUI BARBOSA
----------------	--------------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-3.492.974,72	-3.381.540,66
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-3.492.974,72	-3.381.540,66
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-38.121,24	-99.002,40
Dispêndios Extraorçamentários	-18.732,98	-35.943,71
Transferências Financeiras Concedidas	-19.388,26	-63.058,69
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-894.918,85	-200.248,91
INGRESSOS	-	2.058,00
Alienação de Bens	-	2.058,00
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-894.918,85	-202.306,91
Aquisição de Ativo Não Circulante	-765.233,89	-199.256,91
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-129.684,96	-3.050,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	231.081,76	-15.123,62



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 30/01/2017 PÁGINA 3

SUBTÍTULO 344001 - FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA

ÓRGÃO SUPERIOR 20403 - FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	443.137,29	458.260,91
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	674.219,05	443.137,29